



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**30 DE DEZEMBRO DE 2010**

--- Aos **TRINTA** dias do mês de **DEZEMBRO** de **DOIS MIL E DEZ**, nesta cidade de Vila do Conde, edifício do Auditório Municipal, "Sala Dr. Jorge Laranja", reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: **1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**: **2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. a) Acta da Sessão Ordinária de 28 de Setembro de 2010; b) Adesão do Município de Vila do Conde à Associação Cultura e Desenvolvimento Terras de Junqueiro; c) Mapa de Pessoal; d) Estrutura Orgânica e Regulamento dos Serviços Municipais; e) Taxa Municipal de Direito de Passagem; f) Empréstimo Financeiro de Curto Prazo; g) Grandes Opções do Plano e Orçamento; h) Informação da Presidência da Câmara sobre a Actividade Municipal. **3 – PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO FERREIRA** - procedeu à chamada, verificou a existência de quórum e abriu a sessão pelas **vinte e uma horas e trinta minutos**.---

--- Encontravam-se ainda presente: **O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENG.º MÁRIO ALMEIDA** E OS VEREADORES; **PROF. DOUTOR VÍTOR COSTA, DR. AURÉLIO BAPTISTA, ENG.º ANTÓNIO CAETANO, ENG.º SARA LOBÃO, DR. PEDRO BRÁS MARQUES, ENF.º CARLOS ALBERTO FIGUEIRAS SILVA**. -----

--- Pediram a substituição do respectivo mandato: a **DR.ª ANA MARIA LIMA ABREU CARVALHO** (MOTIVOS PESSOAIS/INADIÁVEIS), o **DR. JOAQUIM FERNANDO AMORIM COSTA** (SUSPENSÃO) E **JOAQUIM ADRIANO NEVES CARVALHO** (MOTIVOS/PROFISSIONAIS). -----

--- Faltaram os Deputados: **JOSÉ MANUEL CARVALHO DE BARROS LARANJA, DR.ª ANA PEDRO FERREIRA DA SILVA MENDES MOTA** E **ENG.º MATIAS DE OLIVEIRA PAIVA**. -----

--- Pediram a substituição os Presidentes da Juntas de Freguesia de **LABRUGE, MINDELO E MODIVAS**. -----

--- Faltaram os Presidentes da Junta de Freguesia de **CANIDELO E MOSTEIRÓ**. -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu conhecimento da correspondência recebida. -----

--- De seguida abriu o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**: -----

--- **DOC UM<sup>1</sup>**, apresentado pelo CDS/PP, **DOC. DOIS<sup>2</sup>**, apresentado pelo PS, **DOC. TRÊS<sup>3</sup>**, apresentado pelo PSD, referentes a voto de pesar pelo falecimento do

<sup>1</sup> Doc. 1 que se anexa.

<sup>2</sup> Doc. 2 que se anexa.

<sup>3</sup> Doc. 3 que se anexa



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*Handwritten signature*

Comendador Fernando Silva Mendonça. Foi aprovado por unanimidade que a Mesa da Assembleia Municipal fundisse os votos num só: DOC. OITO<sup>4</sup>.-----

--- DOC. QUATRO<sup>5</sup>, apresentado pelo CDS/PP, DOC. CINCO<sup>6</sup>, apresentado pelo PS, DOC. SEIS<sup>7</sup> apresentado pelo PSD, votos de pesar pelo falecimento do Padre Adélio Loureiro. Foi aprovado por unanimidade que a Mesa da Assembleia Municipal fundisse os votos num só: DOC: NOVE<sup>8</sup>.-----

--- DOC. SETE<sup>9</sup>, apresentado pelo PSD, voto de pesar pelo falecimento do Comandante Eduardo Azevedo Soares. -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO ALMEIDA:** "Importaria, naturalmente dizer o que pensa a Câmara e o que fez a Câmara relativamente a estas situações. São três personalidades que muito dizem a Vila do Conde. **O Comendador Fernando Mendonça** teve o papel que foi descrito. A Câmara Municipal tinha atribuído a Medalha de Mérito à Agros, muito fruto da acção conceituada do Comendador Fernando Mendonça. Estive no funeral, em representação do Município e tive a oportunidade de lhe fazer um elogio fúnebre. Dei imediata indicação à Comissão de Toponímia para incluir nos arruamentos da Cidade o nome do Comendador Fernando Mendonça. A Câmara Municipal na reunião seguinte aprovou um voto de pesar e aprovou a entrega na próxima cerimónia da medalha de Mérito Municipal a título póstumo ao Comendador Fernando Mendonça. Em relação ao **Padre Adélio Loureiro**, que faleceu ontem, o funeral aconteceu hoje. Estive presente, não só na Junqueira mas também acompanhando depois nas cerimónias que aconteceram na freguesia de Lama, em Barcelos, onde, também, com a anuência do senhor Arcebispo Primaz Doutor Jorge Ortiga fiz o elogio em nome do Município ao Padre Adélio Loureiro. Aliás não era necessário, na medida em que ele recebeu, também, há cerca de ano e meio a Medalha de Mérito Municipal, pelos relevantes serviços prestados a Vila do Conde e aos vilacondenses. Somos também solidários com este Voto de Pesar e a Câmara Municipal como é habitual, não deixará de o fazer na sua próxima reunião. O mesmo acontecerá com o **Comandante Azevedo Soares**. O Comandante Azevedo Soares foi uma pessoa que admirei pela sua postura, fomos colegas de liceu, infelizmente aconteceu este falecimento pouco tempo depois de ter falecido o seu irmão Alfredo, que foi meu colega de turma. Foi Secretário de Estado da Justiça, era

---

<sup>4</sup> Doc. 8 que se anexa

<sup>5</sup> Doc. 4 que se anexa

<sup>6</sup> Doc. 5 que se anexa

<sup>7</sup> Doc. 6 que se anexa

<sup>8</sup> Doc. 9 que se anexa

<sup>9</sup> Doc. 7 que se anexa



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3  
R  
K

um elemento preponderante no CDS/PP, e foi de facto hoje duro saber que o Azevedo Soares morreu em circunstâncias que nós sabíamos que iriam acontecer, na medida em que a doença era fatal. É um motivo de pesar e é bom salientá-lo aqui. A Câmara Municipal também não deixará na sua próxima reunião de aprovar um Voto de Pesar pela morte de tão ilustre vilacondense. -----

--- Postos à votação foram todos os votos de pesar aprovados por **unanimidade** seguindo-se um minuto de silêncio em sua memória. -----

--- DOC. DEZ<sup>10</sup>, apresentado pelo CDS/PP, recomendação sobre o desperdício alimentar.-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO ALMEIDA:** "É feita uma recomendação à Câmara e acho que devo dizer aquilo que penso sobre a matéria. É evidente a crise e os problemas que afectam os vilacondenses são questões a que todos somos sensíveis. Todos consideramos ser desumano o momento que algumas dessas famílias atravessam. Procuramos ajudar, mas não me agrada muito quando vejo embarcar em certas demagogias. Acho que é bom que todos se empenhem, lutem, acho que não deve haver desperdício. Agora quando ouço falar muito em sobras, acho que a gente pobre também não está à espera só das sobras. Está à espera que sacrifiquemos aquilo que em parte é nosso para darmos, mas aquilo que se deita fora, em vez de se deitar fora, dá-se à gente pobre. Desagrada-me isso. De qualquer maneira gostaria de dizer que a Câmara Municipal, como é público, desde antes da crise já tinha uma série de medidas sociais em vigor. A partir da crise aumentou-as significativamente através da sua Loja Solidária, para dar bens que efectivamente as pessoas necessitem, reforçando as verbas às Instituições Sociais para que possam dar alimentação condigna às famílias que o necessitem, mesmo aquelas que são envergonhadas e que lá não vão buscar comida. Foi pública uma reunião que tive a semana passada com o senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde, onde se tratou a questão da cantina social, reforçando as verbas das Conferências Vicentinas, para que dêem medicamentos a quem necessitam. Estamos indiscutivelmente atentos e preocupados com esta situação e como vamos ver no Orçamento que vamos discutir daqui a bocado, mesmo numa altura em que toda a gente sabe que os municípios e as freguesias estão cada vez com menos verbas, com cortes assustadores, não só da receita, mas pelo próprio Estado que nos vem reduzir as nossas verbas, depois do ano passado ser cinco por cento, agora no próximo ano a redução é de oito vírgula seis por cento "MUDANÇA DE CASSETE" ... -----

--- ESTA "RECOMENDAÇÃO" FOI APROVADA COM **9 VOTOS A FAVOR, 39 ABSTENÇÕES E 2 VOTOS CONTRA.** -----

--- **CARLOS LARANJA DO PS** declarou apresentar declaração de voto por escrito<sup>11</sup>.-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** disse opor-se à apresentação da declaração de voto

<sup>10</sup> Doc. 10 que se anexa

<sup>11</sup> Doc. 11 que se anexa



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4  
[Handwritten signature]

por Carlos Laranja do PS, por o mesmo ter-se absterido na votação, situação que segundo o deputado vai contra um parecer anteriormente dado pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

--- DOC. DOZE<sup>12</sup>, apresentado pela CDU, declaração política sobre a Maconde.-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Este assunto tem sido acompanhado pela Câmara Municipal ao pormenor. É muito preocupante e tem que ter resultados. Isto começou em dois mil e um/dois mil e dois, desde o momento em que o Comendador Joaquim Cardoso, infelizmente, deixou de ser maioritário na Maconde. Viu-se que muitas vezes parece haver homens insubstituíveis, porque a Maconde era o que era, chegou a ser das maiores empresas portuguesas e desde que ele foi afastado, no mínimo de uma forma esquisita a Maconde nunca mais foi aquilo que era. A partir de dois mil e dois houve várias tentativas de diversos governos no sentido de salvarem a Maconde. Agora nós não podemos esquecer que a Maconde é uma empresa privada, foi até à última hora, quer como Maconde, quer como Macvila uma empresa privada. Naturalmente que os sucessivos governos fizeram aquilo que podiam no sentido de a tentar salvar, tentando avalizar créditos na banca, no sentido de resolver os seus problemas. Não era possível ao governo fazer há uns anos atrás, quando surgiu esse financiamento dos seis milhões e seiscentos mil euros, não pode naturalmente fazer o que faz numa empresa pública que é colocar lá alguém. Chegou-se a uma situação tão lamentável como esta. Mas numa recente reunião, após uma reunião que tive com os representantes das trabalhadoras, foi solicitado ao governo que seja prestado um esclarecimento depois de recolhidos todos os pareceres no sentido de se averiguar efectivamente tudo o que se passou. Os dinheiros públicos, sejam eles da banca ou não, porque teve envolvimento de dinheiros públicos, tem que ser claramente esmiuçado. Em data oportuna espero poder dar uma explicação mais cabal de tudo o que se passou e que foi verdadeiramente lamentável.-----

--- DOC. TREZE<sup>13</sup>, apresentado pela PS, voto de protesto pela situação do Mosteiro de Santa Clara.-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** "A CDU relativamente a esta questão, com os princípios da qual está de acordo, deve dizer que foi mais longe. Inscreveu ou tentou inscrever no Orçamento Geral do Estado, através do PIDDAC, a Recuperação e Conservação do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, considerando que não se justifica que o ex-líbris da cidade tenha o aspecto degradado que tem. Existe já parte da frontaria que caiu, nomeadamente partes do elefante, havendo até quem aposte em tom de brincadeira que um qualquer dia o próprio elefante virá beber ao rio. A CDU, como disse, levou esta questão ao grupo que discutia e apresenta as propostas do PIDDAC. Devo dizer também que a proposta não foi aprovada, porque os grupos parlamentares do PS, PSD e CDS/PP, votaram contra. Compreendo a preocupação do Município,

<sup>12</sup> Doc. 12 que se anexa

<sup>13</sup> Doc. 13 que se anexa



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5

não entendo a preocupação e nem sequer a postura daqueles partidos políticos que pelos vistos têm muito pouco em conta as secções partidárias deste concelho.-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Só para prestar uma informação sobre as diligências que têm sido feitas no sentido de inverter esta preocupante situação. Tive uma primeira reunião com o Ministro da Justiça, como sabem o Mosteiro é património do Ministério da Justiça, alertando para a necessidade de agir no sentido de garantir a sua conservação, nomeadamente tratando da cobertura, na medida em que há grandes infiltrações de águas e isso põe a questão da segurança do edifício. Relativamente à questão da fachada, nomeadamente às áreas de granito de onde algumas placas têm desprendido, nomeadamente naquela viela a sul da Confeitaria Pinto, pondo mesmo em risco a segurança das pessoas, que ali passam e moram. O senhor Ministro da Justiça fez cá deslocar o administrador do Instituto de Gestão Financeira e do Património do Estado e das Infra-Estruturas, no sentido de avançar com a reparação imediata. Para fazer esta conservação não é preciso estar em PIDDAC. O Ministério tem verbas próprias para a conservação dos monumentos, verbas globais e pode-o fazer se quiser. Há o compromisso que o vai fazer, espero é que o compromisso seja feito, na medida em que muitas vezes não têm sido cumpridos outros compromissos. Paralelamente a isso reuni-me com o presidente da Enatur e outra vez com o senhor Secretário de Estado do Turismo, no sentido de acautelar a outra situação, que é fazer vingar o protocolo que foi assinado com três Secretários de Estado na presença do então Presidente da República, pelo qual esta seria a grande Pousada da Enatur do norte do país. A Enatur continua a dizer que está interessadíssima no edifício, disse-mo o seu presidente o engenheiro Rui Mota. Ao senhor Secretário de Estado do Turismo pedi-lhe que aproveite as verbas do QREN para avançar definitivamente com este complexo. Ele ficou de me dizer algo no princípio do ano, espero que também isso aconteça. -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD:** "Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Deputados, senhores Vereadores, senhor Presidente. Normalmente não costumo vir aqui dar algumas alfinetadas ao meu companheiro Fernando Reis, mas desta vez retribuo-lhe e digo-lhe, é uma ingenuidade Fernando Reis. Estes assuntos que dizem respeito ao sector local, que são nossos e visto que não temos uma regionalização, deviam ser tratados em conjunto. Nesse aspecto o Partido Socialista esteve melhor, veio aqui com um Voto de Protesto. Isso que aconteceu, aconteceu porque o senhor bem sabe que lá em Lisboa eles não querem saber se nós somos do PSD, se somos do CDS, se somos do PS. É Vila do Conde e não lhes interessa. Se houvesse uma estratégia que tivesse sido concertada com todos os partidos, de alguma forma eu creio e falo pelo Partido Social Democrata, que tentaríamos fazer a nossa pressão, o "lobby" que aqui é uma palavra maldita mas que nos Estados Unidos, como sabem, é permitido, e tem bons resultados. Teria resultado. Quero-lhe só dizer que não aceito essa crítica porque desconhecia a sua iniciativa, creio que teria feito melhor se a tivesse feito em concertação com os outros Grupos Municipais. Decerto ninguém vai votar contra a proposta." -----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6  
L

--- **CARLOS LARANJA DO PS:** "Penso que este Voto de Protesto é tão pacífico, que recolhe no nosso coração o apoio de todas as bancadas aqui presentes e espero que este Voto de Protesto tenha acolhimento nas entidades a quem se dirige, porque penso que as propostas são analisadas conforme a credibilidade do proponente e estou muito crente que um voto unânime desta Assembleia, mereça total credibilidade."-----

--- **ESTE VOTO DE PROTESTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

--- **MIGUEL DELFIM MAIA DO PSD** apresentou uma intervenção política genérica sobre o Centro Social e Paroquial de Guilhabreu, sobre as obras de água e saneamento, sobre as iluminações de natal e sobre o pedido de empréstimo de curto prazo<sup>14</sup>.-----

--- **DOC. CATORZE<sup>15</sup>**, apresentado pelo CDS/PP, voto de congratulação, referente ao 25 de Novembro de 1974.-----

--- O deputado **FERNANDO REIS** da CDU pretendeu usar da palavra. O Presidente da Assembleia Municipal informou-o que já esgotara o tempo que tinha disponível, pelo que não autorizou a intervenção. De seguida o deputado ausentou-se da sala, solicitando que ficasse expresso na acta esta atitude e que regressaria após a votação deste ponto.-----

--- **ESTE VOTO DE CONGRATULAÇÃO FOI APROVADO COM 49 VOTOS A FAVOR E 1 VOTO CONTRA.** -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** declarou que iria apresentar **DECLARAÇÃO DE VOTO<sup>16</sup>**.

--- **DOC. QUINZE<sup>17</sup>**, apresentado pelo PS, voto de protesto pela estado em que se encontram as estradas nacionais.-----

--- **ESTE VOTO DE PROTESTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado o **Período de Antes da Ordem do Dia**. Neste momento o deputado Manuel Amorim do PSD disse que pretendia usar da palavra para fazer uma intervenção sobre um novo ponto ainda dentro do Período de Antes da Ordem do Dia. O Presidente da Assembleia Municipal não autorizou, porquanto não foi apresentado à Mesa no devido tempo. O deputado Manuel Amorim do PSD não se conformou, já que o Presidente da Mesa autorizara momentos antes o deputado Miguel Maia do PSD a fazer uma intervenção política sem também se ter inscrito previamente. O Presidente da Assembleia Municipal manteve a sua posição e o deputado Manuel Amorim do PSD não se conformava, continuando a manifestar a sua posição do lugar. De seguida o Presidente da Assembleia Municipal informou que já encerrara o Período de Antes da Ordem do Dia e dado que o deputado Manuel

<sup>14</sup> Não apresentou documento escrito para anexar à acta.

<sup>15</sup> Doc. 14 que se anexa à acta

<sup>16</sup> Não foi apresentado.

<sup>17</sup> Doc. 15 que se anexa à acta.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7  
br

Amorim insistia na sua posição, foram os trabalhos interrompidos por cinco minutos por não haver condições de prosseguir normalmente com os trabalhos.-----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** reiniciou os trabalhos, verificou a existência de quórum e abriu o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

--- **a) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2010**. -----

--- **MICAELA PALHARES DO PSD**: "Os meus respeitosos cumprimentos antes de mais ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia e demais Membros da Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos Vereadores, excelentíssimos senhores Deputados, excelentíssimos senhores Presidentes de Junta aqui presentes e demais público em geral. Relativamente à acta eu tinha apenas um reparo a fazer que me dei conta e pedia a rectificação. Na página seis, linha vinte e cinco, onde diz que opte pela taxaço máxima está ao contrário, pedimos a taxaço mínima. Já agora na página anterior eu penso que quando abordei a Mesa da Assembleia me reporte primeiro ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia". -----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP**: "Boa noite a todos. Não sendo muito habitual a minha participação nesta matéria há um reparo a fazer na página catorze. Eu fiz uma pergunta sobre a alienação das acções que o município detinha na empresa Município. Coloquei uma questão ao senhor Presidente da Câmara, honra lhe seja feita, não é homem de deixar ninguém sem resposta e que me respondeu na altura uma coisa breve. Da leitura da acta verifiquei que se omite a resposta do senhor Presidente. Eu perguntei-lhe se já não ia haver e recordo-me que o senhor Presidente terá dito qualquer coisa como se houver quem compre as acções efectivamente vamos ter um proveito, está recordado disso senhor Presidente? Foi uma coisa assim, mas falta aqui a resposta, mas pronto o documento está incompleto. Agradecia que na versão definitiva, fica uma pergunta no ar sem resposta. Não foi essa a versão dos factos, não é e agradecia que fizesse essa pequena correcção".-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** apresentou documento que se anexa à acta (Doc. 16).-----

--- **A ACTA FOI APROVADA COM 47 VOTOS A FAVOR E 4 ABSTENÇÕES**. -----

--- **b) ADESÃO DO MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE À ASSOCIAÇÃO CULTURA E DESENVOLVIMENTO TERRAS DE JUNQUEIRO**. -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA**: "A Proposta é clara. O Município de Freixo-de-Espada-à-Cinta, terra natal do escritor Guerra Junqueiro, resolveu avançar com uma rede com as localidades por onde ele passou e a constarem numa futura biografia, por forma a divulgarem não só o percurso de vida de Guerra Junqueiro, mas também a sua obra. O Município de Vila do Conde está interessado em aderir porque sabemos que Guerra Junqueiro viveu em Vila do Conde, entre 1899 e 1906. Não tem quaisquer tipo de custos".-----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP**: "Só para felicitar. Acho que fazemos muito bem em aprovar esta Proposta e fazer uma referência que até pensei que o senhor Presidente a ia fazer. Numa casa muito especial para todos nós e uma casa que a mim também me diz muito, Guerra Junqueiro viveu na casa que também é da família do saudoso



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

engenheiro Fernando Almeida de Eça Guimarães e portanto é mais um motivo para aprovar e que eu gostaria de registar e felicitar a Câmara por esta iniciativa". -----

--- **ESTE PONTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

--- **c) MAPA DE PESSOAL.** -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Como já tem acontecido ultimamente, todos os anos é aprovado pela Assembleia Municipal, nos termos da legislatura em vigor, o Mapa de Pessoal. Nesse sentido o Director de Departamento Financeiro, fez uma Proposta à Câmara e que é agora submetida à Assembleia Municipal em que refere ... **MUDANÇA DE CASSETE** ... registo só, talvez tenha interesse, que há uma previsão de menos cinco funcionários do que havia em 2010, considerando naturalmente o pessoal que transitou das Escolas que são cerca de quatrocentos, o pessoal que está destacado na Indáqua, são sessenta e um, os próprios eleitos locais do Executivo que são considerados também no mapa de pessoal, considerando todos esses, o ano passado tínhamos mil trezentos e trinta e oito e a proposta do Director de Departamento para 2011 é de mil trezentos e trinta e três".-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** "Antes do mais uma crítica à Mesa da Assembleia. Foi solicitado pela CDU, em Abril, em Junho e em Dezembro deste ano, a primeira vez oralmente e nas duas últimas Assembleias por escrito, o Balanço Social do Município que nós consideramos de uma importância fundamental para avalizarmos qualquer tipo de documento deste tipo que aqui seja trazido. O que é curioso é que não só não nos mereceu qualquer resposta por parte da Mesa da Assembleia, como não nos foi sequer remetido o documento em causa, o qual podia ser remetido mesmo que não viesse acompanhado de qualquer outro tipo de ofício. Acontece que perante esta situação nós não sabemos, não sabe a CDU, se é uma falta da Mesa da Assembleia, se é uma falta do Executivo Camarário. O que gostaríamos de ver explicado é, porque já tivemos oportunidade de vermos na Assembleia anterior o senhor Presidente da Câmara responder ao Deputado do CDS/PP, Afonso Ferreira, que escusava de estar a pôr por escrito o pedido desse documento, que com todo o gosto lho enviaria, é que face a esta situação, eu que até não sou ciumento, começo a ficar preocupado e a dizer que há aqui alguns partidos que têm um tipo de tratamento diferente de outros. O que é sempre base de preocupação. Esta é uma questão que nós gostaríamos de ver esclarecida, senhor Presidente da Mesa da Assembleia. Depois para dizer ainda também o seguinte. Preocupa-nos que relativamente ao ano anterior, este Mapa tenha uma diminuição do número de trabalhadores efectivos e um aumento dos trabalhadores contratados a termos. Esta é uma preocupação que efectivamente nós não podemos deixar de vincar tanto mais que a CDU aqui sempre se bateu e a Câmara relativamente a essa questão também, justiça lhe seja feita, veio dar o seu aval que também não gostava da precariedade e também gostava de a combater, embora depois levantam-se outros argumentos que levavam a que se mantivesse um grande número, um número extremamente elevado, neste caso são trinta vírgula trinta e um por cento de trabalhadores contratados a termo relativamente ao do pessoal da Câmara. Relativamente a esta questão nós vemos isto com preocupação. A falta dos





9

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

documentos já citados impede-nos sequer de levar esta discussão mais longe". -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Antes de dar a palavra ao senhor deputado Afonso Ferreira quero responder a esta interpelação feita directamente à Mesa, para dizer que a Mesa não retém qualquer correspondência. Todos os pedidos e requerimentos que entram na Mesa, são encaminhados e logo que a Câmara Municipal disponibilize os elementos que são solicitados, e foi insistido, a Mesa poderá satisfazer a pretensão. É evidente que não são documentos em poder da Assembleia, portanto temos que pedir à Câmara e até agora a Câmara, por razões que ignoro, ainda não despachou, não enviou esse documento". -----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP:** "O Fernando Reis compreendo o toque de há bocado, mas não temos qualquer tratamento preferencial, tanto mais que ainda não recebemos o Balanço Social e reiteramos aqui o pedido do mesmo. Relativamente ao documento Mapa de Pessoal, gostaríamos de ser aqui esclarecidos de alguns aspectos. Na página quarenta e dois, tanto quanto nos é dado ver, existem algumas dúvidas. Perante o esclarecimento do senhor Presidente ainda fiquei com mais dúvidas. A primeira coluna fala em oitocentos e oitenta e nove trabalhadores por tempo indeterminado, a coluna seguinte trezentos e oitenta e sete trabalhadores em termo resolutivo certo. O que daria um total de mil e duzentos e sessenta e seis e não mil e duzentos e sessenta e sete, como está no documento, salvo melhor opinião. Depois o senhor Presidente falou em quatrocentos trabalhadores para a Educação. Nós aqui vemos directamente cento e cinco professores, cento e vinte e cinco assistentes operacionais de educação, o que é um valor um bocadinho longe daquele que referiu. Aprovamos aqui há tempos a contratualização do Serviço de Limpeza e verificamos neste Mapa que vamos contratar este ano pelo menos vinte ou mais funcionários de limpeza. Gostaríamos de ser esclarecidos para que são os sessenta assistentes técnicos e os oitenta assistentes operacionais de Serviços Gerais que vão ser admitidos?"-----

--- **MICAELA PALHARES DO PSD:** "Bom, relativamente ao Mapa de Pessoal de folhas quarenta e dois, também alguns esclarecimentos que iremos pretender. Uma vez que o Mapa não se reporta especificamente a saídas de pessoal e o mesmo na página seguinte relativamente à requisição de pessoal por parte da Indáqua, mas em face destes elementos que constam desses dois Mapas, quer-nos parecer, à primeira vista, que irá haver um aumento de postos de trabalho. Assim sendo, se se confirmar, o que gostaríamos de saber é que a que título serão contratados, por contrato a tempo indeterminado ou a termo resolutivo certo. Esclarecido este ponto, obviamente que caberá e competirá ao Executivo aferir da necessidade de mexer no pessoal, no entanto uma vez que tal como disse, à primeira vista parece que vai ser criado um número significativo de postos de trabalho. Pelas minhas contas, podem não estar certas, mas serão à volta de trinta e tal directamente para a Câmara Municipal e seis para a Indáqua. Gostaríamos de saber qual terá sido o critério da Câmara, uma vez que o ano que se avizinha será negro, existem dificuldades financeiras que a própria Câmara admite em face de algumas receitas que não foram imediatamente realizadas



10

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e porque nos parece que neste Orçamento existe um corte de menos dois vírgula seis por cento nas despesas com o Pessoal.” -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** “Neste Mapa de Pessoal há aqui efectivamente números que da nossa parte julgamos que merecem uma explicação da parte de quem os apresenta. Dos mil duzentos e setenta e sete funcionários que são propostos que aprovemos como funcionários municipais, quatrocentos e trinta e quatro, um terço do total, são postos por preencher. Aqui há alguma coisa que estará por justificar. Ou seja, um terço dos funcionários necessários não está preenchido. Isto é uma coisa que já vinha no Mapa anterior. Era necessário que nos dissessem que este número que já vinha no Mapa anterior, se em 2010 foi efectivamente preenchido, ou se não foi preenchido, provavelmente passou-se o ano 2010 sem ser necessário preencher, não se percebe porque é que transitam esses lugares, esse um terço, são trinta por cento. Bom a coisa é um bocadinho mais difícil e exige explicações redobradas porque destes quatrocentos e trinta e quatro, duzentos e trinta são funcionários relativos à Educação. São cento e cinco docentes de Actividades Extra Curriculares e são cento e vinte e cinco de Assistentes Operacionais. Portanto, alguma coisa aqui não está, falta explicar. Eu penso, aqui o Deputado parece especialista da Área da Educação da bancada do Partido Socialista, talvez tenha respostas. Sinceramente gostava que me fosse explicado porque das duas uma, ou estes funcionários são necessários e deviam ter sido contratados e estão contratados e vão ser contratados, ou então enfim há aqui qualquer coisa que está com o rabo de fora.” -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Muito rapidamente, até porque estou como o Professor Fernando diz, que explicou o ano passado, não vou estar sempre a dizer a mesma coisa. Comecei por dizer, e é incrível como se desvirtua tudo logo a seguir. Nós percebemos, objectiva-se a confusão. Comecei por dizer que a Proposta do Director de Departamento Administrativo e Financeiro, era de em 2011 ter menos cinco funcionários que em 2010. Isso está retratado no Mapa. Estar-se a dizer que se vão recrutar quatrocentos e são quatrocentos e trinta e quatro que de facto se vão recrutar, pode-se verificar isso, mas vão-se recrutar em resultado dos concursos que se estão a fazer. Como foi dito aqui por um dos deputados, há muita gente com contratos a termo, e os concursos que neste momento se estão a desenvolver na Câmara são exactamente para procurar que se acabem com os contratos a termo e passem a ser contratos por tempo indeterminado. Ou, seja contratos com vínculo. Não há aumento nenhum. Gostava eu que houvesse. Eu que todos os dias recebo pessoas a mendigarem emprego. Tomara eu poder-lhes dar emprego. Infelizmente não podemos e vamos ter no próximo ano, uma estimativa, de menos cinco funcionários do que temos no presente. Quanto à questão do pessoal nas Escolas, não tem nada a ver com os números que estão para aqui a ser apontados. Temos entre trezentos e cinquenta e quatrocentos, não contando com os professores das Actividades de Enriquecimento Curricular, estamos a falar no pessoal que transitou do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, que estavam ligados à Escola Básicas do 1.º Ciclo e o Ministério da Educação autorizou que a Câmara contratasse para preencher



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

11  
*[Handwritten signature]*

as vagas existentes. A Câmara não o quis fazer e delegou nos Agrupamentos para serem eles a contratarem essas pessoas porque naturalmente conhecem melhor as funções que eles vão desempenhar. Esses são entre trezentos e cinquenta a quatrocentos, não estão classificados. Como foi dito ali nas AEC'S, os professores estão colocados em assistentes operacionais, que é agora uma denominação generalizada para muito do pessoal que trabalha na Câmara, as chamadas auxiliares educativas. Uma palavra final para o Fernando Reis. O Balanço Social é feito anualmente no mês de Abril e é mandado para as instituições obrigatórias, seja a DEGal, seja a CCRN, sejam os Sindicatos, mas naturalmente que temos todo o gosto em o oferecer aos Partidos que o desejam. É um documento obrigatório fazê-lo todos os anos e admira-me que ainda não tenha sido entregue. Naturalmente que dei indicações quando o pedido chegou aos Serviços da Câmara para ele ser entregue. Se ainda não foi entregue, terei o cuidado na próxima semana, mas isso agora vou acompanhar ao pormenor e mandar o meu motorista entregar-lhe para não correremos o risco de se perder no correio, se foi isso que aconteceu. Na próxima semana o Fernando Reis tem o Balanço Social, na sua casa. Quanto ao número de pessoal, faltam onze que são os nove dos eleitos Locais, contamos todos, e os dois do Gabinete de Apoio, diz aqui o Professor Doutor Vítor Costa e dá o número certo." -----

--- ESTE PONTO FOI **APROVADO COM 39 VOTOS A FAVOR E 12 ABSTENÇÕES.** -----

--- **d) ESTRUTURA ORGÂNICA E REGULAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS.**-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A informação prestada aqui pelo doutor Professor Vítor Costa é muito clara. Saiu nova legislação, o Dec-Lei 35/2009, que estabeleceu que os Municípios devem proceder à revisão das suas estruturas organizacionais até 31 de Dezembro de 2010 em conformidade com o novo enquadramento jurídico da organização dos serviços. Foi isso que foi feito. Temos só que salientar que este novo regulamento que aliás deriva da lei e deriva do anterior organigrama, aprovado na Assembleia, este novo regulamento prevê uma redução do número de cargos de dirigente do nível dois e uma substancial redução dos lugares de chefia, comparativamente com a estrutura orgânica em vigor aprovada na Assembleia, racionalizando recursos humanos existentes e permitindo uma redução de encargos com pessoal dirigente e de chefia dos serviços municipais. Poderão verificar isso quando constatarem que nós passamos a ter só cinco departamentos. O Departamento de Administração Geral e Financeira, o Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, o Departamento de Projectos e Obras Municipais, o Departamento de Equipamento e Serviços Urbanos e o Departamento de Desenvolvimento Social. Menos do que isto é absolutamente impossível, na medida em que são absolutamente estanques as acções a desenvolver em cada um destes departamentos. Como referi, há uma redução ao nível de chefias de departamento e de chefias de nível intermédio."-----

--- **ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP:** "Em primeiro lugar cumprimentar formalmente a Mesa, a Câmara Municipal, excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal, público e jornalistas. A questão que eu vinha aqui vinha levantar, é de registar o



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

12  
*[Handwritten signature]*

esforço para minimizar a estrutura e o peso que isso possa representar nomeadamente na questão financeira, agora que estamos em momentos de crise há que procurar racionalizar cada vez mais os meios, atingindo-se com isso, na mesma, os objectivos que cada um se vai propondo. Contudo, em conversa com o meu colega de bancada, até pela experiência que o mesmo já teve noutros locais, relacionada com a Câmara Municipal, levantou-se-nos uma questão que nos parece relativamente oportuna questioná-la, sobre o artigo décimo que será eventualmente o Departamento que tem uma intervenção vocacionada totalmente para o exterior, relacionada com a sociedade e que aqui é denominado como Departamento de Desenvolvimento Social. Entende-se na alínea a) a educação, o desporto, a cultura, a acção social e, deixo para último que não é último, o turismo. Dentro do turismo, nós percebemos qual é a vontade que o município terá e que este departamento estará envolvido em promover, criar condições, acompanhar tudo aquilo que tenha a ver com esta área específica. Há experiências noutros municípios, contra isto também poderá existir a questão legal, e o novo decreto lei que confesso não conheço, portanto poderá ser um impedimento legal que justifique a não existência disto, e que passa pela questão, por exemplo, do pelouro das actividades económicas, ou denominado de forma diferente, estender num departamento como este, funções expressas (disse bem o senhor Presidente, cada um destes departamentos tem funções estanques) e neste departamento, por exemplo, estar aqui inserida aquela actividade que cada vez mais as Câmaras Municipais têm que ter, que é a cooperação, a coordenação com o sector privado na procura de se criarem boas condições, captando investimento a exemplo do que se passou com o Polis, na proposta de intervenção para a Seca do Bacalhau, em que se aguardará eventualmente pelo investimento privado, dinamizando aquele espaço importante e nobre da cidade de Vila do Conde. A dúvida que se nos afigura é porque não acrescentar neste Departamento exactamente mais uma função, função essa que está directamente vinculada com a dinamização económica. Não quero aqui dizer, como é óbvio, que caberá agora à Câmara fazer a exploração económica, mas é ela também o agente, poderá ser o agente catalisador e dinamizador do investimento privado no nosso concelho.” -----

--- Para responder à questão levantada, o Presidente da Câmara delegou no **VEREADOR, PROFESSOR DOUTOR VITOR COSTA**: “De facto a sugestão faz todo o sentido, mas este departamento já prevê algo desse género. Sendo certo que a própria legislação permite que quando oportuno sejam criados gabinetes, unidades de missão, directamente dependentes do executivo que possam de facto fazer isso mesmo, terem uma especificidade e uma existência no tempo compatível com as oportunidades que possam surgir nessa área. O que aqui está, em nossa opinião, não é incompatível com isso, antes pelo contrário, parece-me que está absolutamente expressa essa vossa sugestão. Ela consta deste Regulamento quando diz cooperar, estimular e apoiar outras instituições públicas ou privadas, no âmbito da educação, desporto, cultura, turismo e acção social, creio que é suficientemente abrangente para considerar a sugestão.” -----



## MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- ESTE PONTO FOI **APROVADO** COM **39 VOTOS A FAVOR** E **2 ABSTENÇÕES**. -----

--- **e) TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM**. -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Senhor Presidente, isto é já um assunto recorrente. É sabido que hoje existe legislação que impõe às empresas publicas e privadas que utilizam o subsolo o pagamento de taxas. Nós, como também já o disse aqui, muito mais agora nesta altura, mas como sabem desde o primeiro momento que disse que a receita proveniente desta taxa, que rondará segundo a previsão para o próximo ano, como podem ver no Orçamento, em vinte mil euros, será destinado totalmente a medidas sociais." -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** "Também é recorrente, senhor Presidente de Câmara, que a CDU venha cá expressar a sua oposição até porque nunca deixarei de lembrar que na primeira vez que este assunto foi trazido pelo senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia, a CDU alertou para que este custo acabaria por reflectir-se na factura ao consumidor. Nessa mesma altura o Presidente da Câmara negou tal possibilidade. O facto é que o tempo veio a dar-nos razão. Hoje todos os consumidores têm na sua factura o custo deste direito de passagem. Na altura também o senhor Presidente expressou até, se bem me lembro, para além do cepticismo relativamente à possibilidade de este custo se vir a reportar aos consumidores, aparecendo-lhes na factura caseira, expressou que se assim não fosse também entendia que deveria o governo legislar neste sentido. Senhor Presidente, o PS de Vila do Conde fez alguma coisa relativamente a essa questão? A CDU fez. Nós protestamos contra este valor, porque entendemos que é a taxa máxima que se aplica apesar de depois se vir aqui dizer que ela até é destinada aos mais desfavorecidos, com os quais nós estamos sempre solidários. Agora o que não se pode e também recordo aqui o que o senhor Presidente disse, bom se a Assembleia decidir que este assunto não passe, a nossa proposta não passe, não será por aí que os mais desfavorecidos deixarão de receber aquilo que recebem, porque a Câmara conseguirá receitas e reporá efectivamente aquilo que falta. O que acontece é que hoje estamos exactamente na mesma questão, estamos no mesmo pé que estávamos anteriormente e cada vez mais se vai agravando a taxa de direito de passagem. É pouco senhor Presidente? Mas muitas vezes pouco, acaba por fazer uma verba bastante apreciável e são sempre os consumidores a pagar. É por isso que nós estamos contra." -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** "Esta questão é recorrente e também é recorrente a mentira do senhor Presidente da Câmara. Na última vez que discutimos esta questão, houve uma pergunta por parte do deputado Manuel Amorim, no sentido de saber se era verdade ou não que o senhor Presidente destinada esta verba às Associações de Solidariedade Social. O senhor Presidente da Câmara não respondeu. Mas é verdade que o senhor Presidente da Câmara desde da primeira vez que isto apareceu, inicialmente era uma verba de cerca de cinco mil euros, agora anda à volta dos vinte mil, disse que essa verba era destinada precisamente às IPSS. Acontece que na Assembleia seguinte àquela em que nós discutimos isto e em que o senhor deputado



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Manuel Amorim perguntou se era verdade que o dinheiro ia para as IPSS, esteve cá o senhor doutor Nuno Castro e eu perguntei directamente ao senhor doutor Nuno Castro se era verdade que estas verbas eram destinadas às IPSS. O doutor Nuno Castro disse que não, que era ilegal consignar receitas a despesas. Passado um ano, o senhor Presidente da Câmara, uma vez mais, vem aqui mentir-nos, dizer que comete todos os anos uma ilegalidade que é a de consignar verbas da receita a despesas. Ora isso para além de ilegal, o senhor Presidente da Câmara nunca fez, como aqui é testemunhado pelo doutor Nuno Castro. Portanto o senhor Presidente da Câmara insiste na mentira, os vilacondenses pagam a taxa municipal de direito de passagem, pagam aqueles vinte e cinco mil euros. Aqueles vinte e cinco mil euros podem ir para tudo o que está no Plano e que está no Orçamento que nós a seguir vamos analisar. Uma coisa é certa, não vai directamente como o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer para as IPSS, porque isso, além de mais, é ilegal. Bom, mas relativamente à taxa, há vários municípios, eu disse isso na última vez que nós discutimos aqui, na altura referi até alguns, que estipulam a taxa zero por cento. Primeiro nada nos obriga a que estipulemos uma taxa. Há municípios que não estipulam taxa nenhuma. Ninguém os prende, não há sanção nenhuma. Nós temos a liberdade, se quisermos estipularmos uma taxa ou não, ou se quisermos que para o efeito é o mesmo, estipulamos como fazem algumas Assembleias Municipais, a taxa zero e nesse caso os municípios não pagam aqueles vinte e cinco mil euros. A Câmara que está muito sedenta de dinheiro, que necessita de dinheiro, eu entendo que esse custo, custo que digamos os vilacondenses, todos os municípios, têm necessidade de usar a internet ... MUDANÇA DE CASSETE ... obrigar os vilacondenses, os municípios a pagar uma taxa pelos bits que passam. Eu venho aqui sublinhar mais uma mentira do senhor Presidente da Câmara e uma ilegalidade que quer fazer para o próximo ano." -----

--- O PRESIDENTE DA CÂMARA: "Pedi a palavra para dizer ao senhor Presidente que ou o senhor Presidente põe mão em determinadas intervenções, porque se a Mesa pactuar com estas intervenções e a Assembleia também o fizer, eu não venho mais à Assembleia Municipal. Acho que é indigno o que se passa. A crítica é uma coisa e eu estou perfeitamente disponível para as ouvir, agora não estou para ouvir ofensas assentes em falsidades. Não estarei disponível para isso. De qualquer forma em relação à intervenção do deputado Fernando Reis, gostaria de dizer que o assunto de facto é recorrente, não vou dizer rigorosamente aquilo que disse das outras vezes. Agora é absolutamente legal, só é incompreensível como é que se admite o contrário, que para qualquer receita a Câmara Municipal diga qual é o objectivo. Aliás, muitas vezes ouvi dizer nesta Assembleia, quando aplicávamos a Derrama e dizíamos que era para o saneamento básico, que era vago. Há situações em que se diz que tem que ser justificado, noutras não é. A Câmara quer sempre justificar, quando procura aplicar qualquer taxa que dê uma receita, naturalmente quer dizer para o que é. Porque habilita mais quem a vai votar. Peço ao senhor Presidente para que tenha atenção porque eu de facto não estou já em altura para estar a aturar ofensas no exercício de um cargo democrático. A democracia tem regras e se não houver regras, naturalmente



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que os meus colegas poderão vir, mas não virei mais a esta Assembleia. Estarei disponível naturalmente para me reunir com o meu Grupo, quando quiser, para responder aos outros partidos ou receber os outros partidos quando eles pretenderem falar comigo, apresentarem sugestões, apresentarem ideias. Agora, ofensas de alguém que quase não representa ninguém, não admito mais.” -----

--- **ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP:** “Senhor Presidente da Mesa a intervenção é para si e pela razão seguinte. Todos nós conseguimos aqui discutir isto, primeiro discutir o que é que vamos aqui votar. Vamos votar uma taxa de zero vírgula vinte e cinco por cento, correcto? Conseguimos deduzir isto pelo manuscrito que temos no topo da folha. Contudo acho que seria de bom tom que a própria proposta dissesse de forma taxativa qual é a taxa que é sujeita a votação nesta Assembleia. Refere-se exclusivamente que o limite máximo vai até zero vírgula vinte e cinco por cento. Não sabemos qual, podem ser os zero do Armando Herculano, os zero vírgula um de alguém. A minha intervenção em relação a esta matéria é exclusivamente pessoal e é um estado de alma. Parece-me que é mais do que evidente que depois do escândalo que se verificou nestes dias com uma determinada distribuição de dividendos por empresas que nomeadamente são estas que nos aparecerem no fim de cada mês, com uma determinada verba que cobram a cada utilizador, no nosso concelho, façam exercícios que em momentos de crise são rigorosamente injustos e são indignos. Se a Câmara Municipal que tem um Orçamento de setenta e seis milhões de euros, recebe os vinte ou os vinte e cinco mil euros, digo-vos com sinceridade, acho que dos tais dividendos que os senhores fizeram o favor de poupar em termos de impostos, cabia-lhes muito bem provavelmente pegar nesses mesmos impostos e tratar as pessoas que têm dificuldades em investir esse dinheiro, até evitando o ridículo de se discutir aqui os zero vírgula vinte e cinco por cento de uma coisa que, até tecnicamente eu começo a ter algumas dúvidas como é que o senhor Presidente da Câmara mesmo que se disponibilize a procurar intensivamente e a ter a garantia absoluta que lhe vão entregar o dinheiro por completo, desconfio que até tecnicamente isso acaba por ser uma outra obra de difícil compreensão. Ou seja, realmente há coisas que ultrapassam o limite e em épocas de crise, estes género de comportamentos contraditórios de alguns agentes económicos onde o Estado português tem posições que até são de duvidosa legalidade no âmbito Europeu e da União Europeia, realmente isto é um insulto.” -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** “Senhor deputado, no que concerne à observação que fez à Mesa deve verificar que o documento, a Proposta da Câmara, contém todos os elementos necessários para ser submetido à aprovação, desde a justificação técnica da parte do Director de Departamento Administração Financeira, que estabelece quais são as regras, inclusive transcrevendo o artigo dezanove, depois há uma Proposta, depois há um Despacho e há uma Deliberação. Não há dúvida nenhuma de que a Proposta está em conformidade para ser submetida à votação.” ----

--- **ESTA ALÍNEA FOI APROVADA COM 39 VOTOS A FAVOR, 2 VOTOS CONTRA E 10 ABSTENÇÕES.** -----



## MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- **f) EMPRÉSTIMO FINANCEIRO DE CURTO PRAZO.** -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "O Director Administrativo e Financeiro da Câmara, o Gestor Autárquico de carreira, um profundo conhecedor destas matérias, como vêm na Proposta, apresentou uma sugestão que sugere ao Executivo Municipal, que solicite à Assembleia autorização para a contracção deste empréstimo. E justifica essa sua sugestão com o facto de as receitas municipais não se distribuírem de forma homogénea e regular ao longo do ano económico e considerando que até trinta e um de Março de dois mil e onze, tem que estar realizado financeiramente o QREN, isto é até trinta e um de Março, nós temos que ter concluído os processos relativos ao quatro Centros Escolares, dos quais o de Árvore, está em funcionamento, o de Labruge entrará em funcionamento no dia vinte e nove de Janeiro e os outros dois Violetas e da Bento de Freitas, ficarão prontos na Páscoa. Por uma questão de cautela o senhor Director de Departamento Administrativo e Financeiro fez uma sugestão de ser aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal a possibilidade da Câmara Municipal numa situação de emergência, recorrer a um empréstimo de curto prazo, que como há pouco eu referi, tem a validade só de um ano, no ano económico de dois mil e onze. A Câmara se contrair o empréstimo, tem que o pagar, até ao fim do ano. Naturalmente eu respeito a opinião dos nossos colaboradores e com a responsabilidade que este tem, de ser um Director de Departamento, uma pessoa de carreira. Como sabem tem o curso de economia e o curso de direito e é uma pessoa altamente habilitada e conceituada no meio, para ver situações como esta. Discuti isto com ele, manifestei-lhe a minha convicção, pela experiência que tenho, que nós não iremos necessitar deste empréstimo pontual, hoje estou mais convicto face à forma como tem evoluído a situação financeira da Câmara, do que há um mês atrás e estou quase certo que não iremos recorrer a esse empréstimo. Mas mal ficaria se tivesse recusado a sua proposta e viéssemos de facto a ter uma dificuldade que pudesse pôr em causa o nome do município e até o relacionamento com muito dos seus fornecedores e empreiteiros. Por isso está aqui a Proposta. A Assembleia deliberará. No fim do ano veremos se nós necessitamos ou não deste empréstimo. De qualquer forma insisto, isto para mim é fundamental, é se a Câmara o contratar em Janeiro ou Fevereiro, em Dezembro ele tem que estar pago."-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** "Eu acho normal e aceitável que a Câmara tenha possibilidade de honrar os seus compromissos, mais a mais para os objectivos que são: as Construções Escolares. É óbvio que é uma questão de tesouraria, um empréstimo de curto prazo parece-me perfeitamente normal. Mas eu também queria aproveitar esta intervenção para sublinhar uma coisa que acabou de dizer o senhor Presidente da Câmara. É que o doutor Nuno Castro é um gestor de carreira, muito considerado, com um curso de economia e de direito. Foi exactamente ele que disse aqui na Assembleia, perante todos, nós estávamos presentes, que era ilegal fazer a consigna de receitas a despesas."-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Queria defender a honra do doutor Nuno Castro. É uma pessoa competente portanto não diz disparates."-----





MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- **MIGUEL DELFIM MAIA DO PSD:** "Antes de mais gostaria de dizer que ouvi com muita atenção uma anterior intervenção do senhor Presidente da Câmara que disse que realmente não acha bem que nesta Assembleia, que é o Órgão deliberativo máximo do Município de Vila do Conde, haver aqui insultos. Subscrevo as suas palavras e parece que também vai de encontro à minha anterior intervenção. Não fica bem os Membros da Assembleia Municipal, inclusivamente aqueles que estão aqui há mais anos, há cerca de trinta anos, também terem atitudes de insulto a membros da Assembleia Municipal mais novos. No que se refere a esta Proposta, começo por uma coisa. Empréstimos a Curto Prazo, nos termos do artigo 38º da Lei das Finanças Locais, realmente são para serem pagos a um ano, isso é da lei, não é a Câmara que decide, não podem ser feitos com outro objectivo. Agora, acontece uma coisa, eles têm que ser aprovados na Assembleia Municipal, mediante Deliberação da Câmara Municipal. Não parece que estamos aqui perante uma deliberação da Câmara Municipal. Não sei. Corrijam-me se estiver errado, mas parece-me que não estamos, sendo apenas uma informação interna do senhor doutor Nuno Castro, ela não poderá ser deliberada por este Órgão Deliberativo e não pode ser aprovada por esta Assembleia de acordo com o artigo 53.º n.º 2 da Lei 169/99, porque não é competência desta Assembleia Municipal aprovar qualquer empréstimo que não tenha sido deliberado pela Câmara Municipal. Mas não obstante isto, eu não poderia deixar de mostrar aqui o meu desagrado ao ver que a Câmara Municipal compactua com este tipo de situações. Nós temos vindo a apercebermo-nos que a situação de crise económica que nós estamos a passar, decorre muito do facilitismo de empréstimos, da situação fácil de se ir aos bancos e contratualizar mais um empréstimo, das pessoas não conseguirem ter um orçamento já previsto para um ano. É triste que o Município não dê o exemplo. Já falei nisto muitas vezes, as Câmaras Municipais têm de dar o exemplo e é nestes casos que é importante nós sermos o exemplo como a edilidade da Câmara Municipal. Parece que nós queremos fazer aqui uma conta-ordenado, é pedir um empréstimo ao banco, daqui a dois meses vamos pagar porque não tivemos a capacidade de durante um ano conseguir manter alguma liberdade de tesouraria para conseguir pagar estes investimentos. Não digo o contrário que o Parque Escolar não é fundamental. Estou totalmente de acordo com esses investimentos, concordo. Acho que tem sido uma medida muito boa da Câmara Municipal, agora não se pode estar a pensar que sempre que temos uma necessidade de tesouraria, de liquidez, de tesouraria, a Câmara Municipal vai recorrer a empréstimos. Vamos pagar juros, a Câmara já está endividada, temos que ter cuidado com essa situação. Isto fica-nos mal, passamos para fora uma imagem má da Câmara Municipal. Sempre que tem necessidade vai à banca, foi isto que nos levou à situação económica financeira que Portugal está a atravessar hoje em dia. Por isso mesmo o nosso Grupo da Assembleia Municipal votará contra, com certeza, não é pelo facto de ser uma possibilidade de pedir um empréstimo para o ano, é pelo facto de prever aqui uma situação, uma possibilidade, que não devia acontecer. Temos que ser o exemplo, mostrar para a



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sociedade civil, não são só eles a apertar o cinto, nós também queremos demonstrar, nós queremos fazer obra mas não é com o dinheiro deles.” -----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** “O senhor deputado Miguel Delfim Maia fez aqui uma insinuação. Que esta proposta não foi deliberada. Se a cópia que tem é igual à que eu tenho, tem aqui uma deliberação da Câmara de dezasseis do doze de dois mil e dez aprovada por maioria e com os votos contra dos Vereadores doutor Pedro Brás Marques e do enfermeiro Carlos Figueiras.” -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Para esclarecer que a Câmara aprovou. A Mesa da Assembleia poderia ter logo informado a data da aprovação, mas, também, parte do bom senso dos Membros da Assembleia prever que a Câmara mandou para cá a proposta porque de facto foi aprovada, senão pedia para a retirar. Já agora finalizava a intervenção porque, já vi que agora a intervenção do deputado não é da sua lavoura, mas é em representação do PSD, que disse que iam votar contra. Eu gostava só de dizer que naturalmente os empréstimos são necessários, nas autarquias é como nas nossas casas, as pessoas quando precisam de comprar um carro se não têm dinheiro recorrem à banca. Há aqueles que nasceram ricos, que não precisaram de trabalhar para ter dinheiro, esses podem comprar logo a pronto. Agora o que é preciso é programar o pagamento. Há muitos problemas porque de facto muitas pessoas não souberam programar, mas a Câmara de Vila do Conde tem-no sabido fazer, como vamos ver à frente, quando discutirmos o Orçamento. A Câmara Municipal para o próximo ano terá um endividamento menor de cinco milhões do que tem neste momento. Tem sabido de utilizar os empréstimos, promover o desenvolvimento. Isso é uma forma sadia de naturalmente gerir e quem tem tiver dúvidas, por exemplo, vai a uma das câmaras que nós sabemos que é uma das mais endividadas do país e é apreciada na sua acção, a Câmara de Vila Nova de Gaia. Toda a gente sabe é uma questão de também contactarem os correligionários da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia para eles lhes ensinarem isso ou eu posso ter o trabalho, como me dou bem com eles, de dizer ao doutor Luís Filipe Meneses ou ao doutor Marco António Costa que foram aqui criticados por tanto recorrerem ao endividamento.” -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** “Esta questão da possibilidade de contrair empréstimos nesta altura do ano não é completamente virgem. Já sucedeu em mandatos anteriores, também na mesma altura. De qualquer forma é verdade também o seguinte: a Câmara Municipal é reconhecidamente uma daquelas que tem mais dificuldades de tesouraria. Claro que pode o Executivo Camarário considerar que tal não se deve ao tipo de gestão que vem desenvolvendo. É lícito que todos duvidemos, até porque quando as coisas são recorrentes alguma coisa não estará muito bem. De qualquer das formas também lhe posso dizer que não será a CDU a contribuir para a asfixia financeira do município. Isto é, não será pela CDU, com o voto contra da CDU que de hoje para amanhã o Município deixará de poder resolver determinado tipo de questões porque a Assembleia não permitiu a contracção de um empréstimo, muito embora, senhor Presidente, tenha dito aqui de uma forma que eu considero de alguma displicência que provavelmente o Município não vai precisar de contrair esse



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

empréstimo. Senhor Presidente, se não vai, não contraia, porque há encargos decorrentes. Se há essa possibilidade, se é só uma possibilidade é uma coisa, se de facto está convencido de que não vai necessitar desse empréstimo, então não contraia. Escusamos de efectivamente sobrecarregar o Município. Da parte da CDU, consideramos exactamente esta questão, se o município assumir que necessita desse montante ou que pode de facto necessitar e que é bem provável que necessite, é uma coisa, se até nem vamos precisar, mas à cautela, vocês aprovelem isso aí, então é outra história porque isto tem encargos e nós estamos aqui exactamente para isto, para vigiar, fiscalizar a actividade e a gestão camarária.” -----

--- **BRUNO ALMEIDA DO PS:** “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Colegas Deputados, Público presente. O senhor Deputado Fernando Reis acabou de dizer que não é pela CDU que a Câmara não vai ter asfixia financeira. O Fernando Reis gosta muito da ironia e da piada. Eu, se fosse o Deputado Fernando Reis, diria que não é por causa da CDU que a Câmara deixará de fazer isto ou aquilo, porque a representatividade do Deputado Fernando Reis e da CDU não faz com que a Câmara deixe ou não de fazer. Aliás, se assim fosse, a Câmara não fazia muita coisa. Muito embora os termos das intervenções não mereçam resposta e sobre a questão da consignação ou não consignação de receitas que falou há pouco, é que há uma coisa que se chama consignação legal de receitas e essa não se pode fazer, mas os políticos podem consignar as receitas que captam, podem dizer que cobraram determinado imposto que tem um determinado fim e é por isso o voto do Partido Socialista no ponto anterior, muito embora seja um imposto que depois é repercutido nas populações, é um voto ... **(ARMANDO HERCULANO DO BE ... fala do lugar ...)** ... mas o senhor deputado veio falar aqui na consignação de receitas, neste ponto, o senhor deputado veio falar, quer terminar a Assembleia outra vez quando falo ... **(O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:**” Senhor deputado Armando Herculano agradecia que baixasse o tom da sua voz e falasse quando lhe dão a palavra. É uma das regras da democracia. O senhor já devia saber há muito, que quem está a dirigir os trabalhos sou eu, eu é que tenho que tirar a palavra ou dar a palavra e o senhor está a ser inconveniente. No mínimo, faça favor de se sentar. O senhor se quiser proteste, reclame, mande para o tribunal. Pode continuar senhor deputado.”) ... eu gostaria de dizer ao senhor Presidente que respeito muito a condução dos trabalhos e o senhor deputado que está aos gritos, veio aqui, neste ponto da ordem de trabalhos, falar novamente na questão da consignação de receitas, dizendo que não era legal e por isso estou a falar neste ponto da ordem de trabalhos. Mas o senhor deputado que está a falar, ao gritos, é um deputado que lamentavelmente não sabe o que diz ou não diz o que sabe, ou não sabe nada de nada, porque como é óbvio nós podemos optar politicamente por captar determinada receita com determinado fim e o Partido Socialista quando se destina a apoiar os mais carenciados fá-lo sempre com gosto. Mas gostava também de dizer aqui duas palavras muito rápida sobre este empréstimo de curto prazo. É um empréstimo de gestão do município e não de nenhuma finalidade específica. Sobre a intervenção que fez aqui o doutor Miguel Maia, porque evidencia



## MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um desconhecimento muito claro do problema que se vive no país, e falou aqui sobre a questão do sobre endividamento e que é fácil as pessoas irem aos bancos, e lamentavelmente hoje em dia é muito difícil de as pessoas terem dinheiro dos bancos, é muito difícil hoje as pessoas terem crédito, inclusivamente existem Câmaras Municipais que neste momento têm tentado obter crédito e que não o conseguem. Aliás a ANMP, está neste momento a fazer diligências junto de todos os bancos nacionais, ou dos principais bancos nacionais, no sentido de encontrar formas de continuar a haver garantias de financiamento para a actividade dos municípios. Felizmente a Câmara de Vila do Conde não problemas. Mas ao contrário do doutor Miguel Maia, as pessoas, as empresas, de Vila do Conde e do país têm muitas dificuldades de aceder ao crédito e por isso eu gostaria elogiar a lucidez do doutor Nuno Castro. De ter proposto que a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal a contrair este empréstimo, porque se houver desfasamentos de tesouraria que vão para além do que é normal e do que é expectável, isso pode acontecer, como disse o senhor Presidente da Câmara aconteceu aqui no final deste ano, é bom que a Câmara possa recorrer a este empréstimo conseguindo antecipar o pagamento aos credores do município, porque muitas dessas empresas que no passado podiam-se financiar antecipando o dinheiro que tinham a receber da Câmara, ou de qualquer outro credor, não o conseguem fazer. O sentido de responsabilidade do doutor Nuno Castro na proposta da contracção do empréstimo e em todas as medidas que permitam evitar que os fornecedores do município tenham que procurar financiamento na banca e não consigam, demonstra lucidez e é por essa lucidez e por essa capacidade de previsão e de boa gestão que nós votamos naturalmente favoravelmente. Se a Câmara utilizar paga alguns encargos, se não utilizar não paga nada e não tem nenhum problema a nossa aprovação aqui hoje.” -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** “O Partido Socialista, o Presidente da Câmara e a Bancada do Partido Socialista têm que resolver este problema. O doutor Nuno Castro é um gestor competente, com duas licenciaturas, Direito e Economia, é um gestor de carreira de há muitos anos e as propostas que faz a esta Assembleia, são propostas competentes. Eu estou de acordo e nunca coloquei isso em causa. E se isso é verdade, foi exactamente a mesma pessoa que sentado ali, disse aquilo que disse. Que é ilegal. Portanto, das duas uma, entre o doutor Nuno Castro e o deputado Bruno Almeida, um deles é incompetente, porque se um diz que é possível e o outro diz que é impossível, o Partido Socialista tem que resolver isto. Das duas uma, ou o senhor Presidente faz fé num funcionário altamente qualificado que tem responsabilidades no município e justifica as propostas que aqui trás nas suas propostas ou então desqualifica-o, diz que ele é incompetente e portanto as propostas que aqui trás, não se pode fazer fé nessas mesmas propostas. É um problema do Partido Socialista, não é meu.” -----

— **BRUNO ALMEIDA DO PS:** “São dez segundos. Na Acta de última reunião dizia a certa altura o deputado Carlos Laranja ao senhor deputado Armando Herculano... “ o senhor é que não ouve bem, ou então que venham aqui deputados desmentir-me e



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

21  
[Handwritten signature]

dizer que efectivamente o que eu corrigi não está correcto, o senhor não ouve bem, o senhor prefere não ouvir, é incapaz de ouvir e tem dificuldades em ouvir...", subscrevo as palavras do deputado Carlos Laranja. -----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP:** "Hesitei muito fazer esta intervenção e quem me conhece e muitos aqui me conhecem, a verdade acima de tudo e eu subscrevo os princípios que o meu amigo Miguel Delfim Maia aqui disse. Estou plenamente de acordo na análise, contudo creio que estamos a perder muito tempo com uma coisa relativamente simples e operativa. Isto é uma questão operativa. O crédito não é mau em si mesmo, o crédito tem tido ao longo dos anos historicamente o efeito multiplicador nas economias e nas sociedades e foi assim que o Mundo Ocidental chegou aos níveis a que chegou. Depois é como sal na comida, faz bem até determinado limite, passado esse limite começa a ter contra indicações. Não é um mal em si mesmo. Estamos aqui a falar de crédito de curto prazo, estamos aqui a falar de uma questão operativa, portanto eu não queria e sabe-se que nas Câmaras a entrada de receitas é melhor no segundo semestre do que no primeiro. Essas coisas estão estudadas há muitos anos. Aconselho inclusive a ler, está no site da Câmara Municipal do Porto que eu acho que é uma Câmara apreciada pelo Tribunal de Contas num relatório de auditoria recentemente e que só foi criticada num ponto, foi por ter feito nos exercícios salvo erro de 2004 a 2006, algumas conciliações de crédito através de um mecanismo do factoring e corrobora um bocado com o deputado Bruno Almeida e ... **MUDANÇA DE CASSETE ...** o CDS votará favoravelmente no pressuposto que a Câmara fará tudo para não gastar um euro em juros desnecessários. Mas também não queremos que haja um trabalhador que fique com o salário ou que haja empresas com dificuldades ou a despedir trabalhadores porque a Câmara não lhes paga a tempo, clarinho como água."-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Gostaria só que ficasse bem anotado na acta, aquilo que eu disse inicialmente, a minha convicção, respeitando a sugestão do doutor Nuno Castro, tendo-a votado na Câmara e apresentando à Assembleia, a minha convicção é de que mesmo aprovado, nós não vamos utilizar este empréstimo. Digo isto para depois não se vir dizer que afinal foi resultado de algumas intervenções iluminadas na Assembleia." -----

--- **ESTE PONTO FOI APROVADO COM 42 VOTOS A FAVOR E 9 VOTOS CONTRA.** -----

--- **g) GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO.** -----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA:** "As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2011, representam necessariamente o que foi sufragado pelos vilacondenses no acto eleitoral de onze de Outubro de 2009. As Grandes Opções do Plano ao serviço de Vila do Conde e da sua população, tem em linha de conta o necessário investimento em áreas prioritárias visando qualificar as gerações vindouras, consolidando o concelho como exemplo de qualidade de vida, de desenvolvimento sustentado e potenciador de oportunidades de investimento. Trabalho alicerçado numa gestão correcta, conhecedora da realidade concelhia, com estratégia para o futuro e capaz de atrair investimento. É sabido que as autarquias portuguesas sofrem dificuldades acrescidas,



## MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

ASSEMBLÉIA MUNICIPAL

dadas as condicionantes que a crise tão prolongada acarreta, seja por via da diminuição das transferências da administração central, seja por via da elevada diminuição das receitas próprias as Finanças Locais que sofreram um revés no ano que finda. Crê-se que previsivelmente a situação não se alterará no próximo. Felizmente ao longo dos últimos anos todos os limites de endividamento impostos pela Lei das Finanças Locais, apesar de estranguladores do investimento, foram cumpridos, levando a que o município de Vila do Conde não sofresse qualquer retenção de verbas, de um qualquer incumprimento. São portanto razões externas ao município que a tal podem obrigar. Exige-se assim que as Grandes Opções do Plano para 2011 reflectam as dificuldades financeiras que se avizinham, mas que permitam através de uma rigorosa gestão, não colocar em risco o fundamental do compromisso assumido para com os vilacondenses. É pois necessário concentrar o esforço nas pessoas através de medidas que permitam minorar os efeitos do desemprego e das dificuldades económicas que muitas famílias sentem. Tal desiderato é alcançável reforçando a política de coesão social seguida há vários anos pela autarquia, evitando a exclusão social e consequentemente promovendo a igualdade entre todos os vilacondenses. Porque a justiça social também se alicerça na educação, esta continua a ser uma aposta do município. As presentes Grandes Opções do Plano garantem a continuada aposta no modelo de desenvolvimento harmonioso e sustentado para todo o concelho, onde se incluem como deve acontecer numa comunidade coesa e solidária, a Acção Social. Sempre estive na primeira linha da intervenção autárquica, fruto de uma estratégia consolidada, com o objectivo de melhores condições de vida, condigna para todos e a igualdade de oportunidades, mas pertinente se torna hoje a prioridade dada a esta área. Mais, se em Vila do Conde as condições de vida das famílias mais desfavorecidas e as consequências da exclusão social não atingem o dramatismo de outros concelhos, tal deve-se em parte naturalmente, às políticas seguidas pela autarquia. Deste modo, o Programa Especial de Realojamento (PER), com a construção de novas habitações e a manutenção e a conservação do parque existente, continuará a ser uma realidade. Não há combate à exclusão social sem a vertente criadora do emprego. Apesar das variáveis económicas e a iniciativa empresarial não estarem ao alcance de uma autarquia, entende-se que esta deve ser capaz de desenvolver acções capazes de atraírem investimento para o seu território. Também aqui provaremos ser capazes de, como foi feito até agora, mercê da nossa privilegiada localização geográfica complementada por fortes investimentos recentes e futuros na área da mobilidade, na presença de Pólos de Ensino Superior e centros de excelência de qualidade de vida que o concelho oferece, de atrair PME's e grandes Grupos Empresariais e consequentemente a criação de novos postos de trabalho. A Educação será prioridade do presente e do futuro, tirando partido de oportunidades do QREN, a construção de modernos Centros Escolares é já uma realidade. Terminados em obra ou os projectados e com construção assegurada, os Centros Escolares já mudaram a face do ensino no nosso Concelho. Da mesma forma a gestão diária das Escolas tem que fazer jus à qualidade do pessoal docente e não docente, que neste



## MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tão importante sector de vida trabalha. Assim importante parte da despesa plasmada no Orçamento para 2011, será com a conservação e manutenção do Parque Escolar, com as refeições e transporte dos nossos alunos e com as Actividades Extra Curriculares, mantendo real a escola a tempo inteiro. O Ambiente e o Ordenamento do Território tem papel fundamental numa comunidade que faz seu, o modelo de desenvolvimento sustentável numa aposta firme. O tratamento dos efluentes produzidos no concelho é hoje ambientalmente adequado graças à entrada em funcionamento da ETAR do Ave. As obras tendentes à total cobertura do concelho com redes de Abastecimento de Água e Drenagem de Esgotos continuarão no ritmo previsto indo de encontro aos anseios das populações. Aposta de anos como município associado da LIPOR fez com que Vila do Conde tenha um sistema de recolha e tratamentos de resíduos sólidos do mais ambientalmente equilibrado que existe no espaço europeu, com a colaboração dos vilacondenses, a visão adoptada, de atingir as metas do plano estratégico de resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, prevenir e minimizar a produção de resíduos, intensificar a recolha selectiva de materiais, reduzir o quantitativo de resíduos sólidos indiferenciados. A valorização do Litoral sobre o ponto de vista da preservação ambiental e da requalificação para um melhor usufruto de tão importante parcela do nosso território, será ponto forte no investimento municipal em 2011 e nos subsequentes. As intervenções previstas alavancadas pelo QREN, revelarão mais uma vez a acertada estratégia de investir no que é fundamental para Vila do Conde e simultaneamente nas linhas prioritárias do presente quadro comunitário. A Área da Paisagem Protegida Regional do Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica de Mindelo, será também por esta via qualificada. No entanto tais intervenções não resultariam em pleno se não fossem complementadas por uma rede viária municipal de qualidade, visando servir todo o concelho. A Mobilidade é reconhecidamente factor primordial no desenvolvimento de qualquer território. Além das grandes vias de comunicação no concelho as intervenções do Metro do Porto marcam de forma indelével o pulsar das nossas populações. As próximas fases de intervenção em curso, na Zona Ribeirinha Nascente e no canal do Metro a Norte, com obras já no terreno, continuarão esse esforço de inegável modernização. Exemplos paradigmáticos dessa acção e dessa vontade, são a construção da Ponte de Retorta, já iniciada e as acessibilidades do Novo Centro Hospitalar de Vila do Conde / Póvoa de Varzim, que ainda hoje o senhor Secretário de Estado da Saúde, reafirmou em Malta e Modivas ser uma realidade e que está objecto das negociações no âmbito do Orçamento do Estado, numa Comissão criada entre o PS e o PSD, como sabem, para as parcerias público privadas. Mas que da parte do governo há todo o empenho em que esse concurso de concepção / construção seja lançado no próximo ano. Dizia eu que as acessibilidades a esse Novo Hospital, ligando a Avenida Bernardino Machado, junto à Ponte de Retorta, utilizando a via Avenida Alexandre Herculano, passando na Rua da Lapa e ligando à Rotunda do Desporto, será também para nós uma realidade no próximo ano. Como o nosso concelho é encarado como um todo, as obras de menor dimensão de responsabilidade



## MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

24  
A

municipal com estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, apesar do condicionamento financeiro que se impõe também serão realizadas com oportunidade e onde sejam mais necessárias num benefício evidente de proximidade. Apesar de já ter sido referido o apoio prestado às associações concelhias, especialmente aquelas de cariz social que verão aumentadas o subsídio, merece lugar de grande destaque. Tal apoio representa não só a necessária contrapartida pela responsabilidade que o associativismo vilacondenses tem no desenvolvimento de Vila do Conde. Representa também o reconhecimento por parte da autarquia a todos o que tantas vezes com sacrifício pessoal, com empenho e dinamismo ímpar, tornam possível tal realidade. Finalmente e porque fundamentais as Juntas de Freguesia, tantas vezes injustamente minorizadas pela Administração Central, têm assegurado nas Grandes Opções do Plano um complemento ao fundo de financiamento das freguesias que é mais do dobro daquele que lhes é atribuído legalmente no Orçamento do Estado. Pretendemos assim que as nossas Juntas prossigam o seu valioso trabalho em prol do desenvolvimento do concelho de Vila do Conde e simultaneamente que por esta via reconheça o inestimável contributo e dedicação dos nossos autarcas da freguesia. Em relação ao Orçamento direi, como sabemos, que é um documento contabilístico que se traduz pelos seus números, pelo que só uma ponderada análise permitirá tirar conclusões. No entanto salientarei umas breves notas. Atinge um montante de setenta e seis milhões setecentos e cinquenta mil euros, sendo as verbas para investimento especialmente destinadas às designadas funções sociais que envolvem a Educação, a Habitação, o Ordenamento do Território, o Tratamento de Resíduos Sólidos, a Protecção do Ambiente, a Cultura e o Desporto. Para que as Juntas de Freguesia possam continuar a desenvolver o seu trabalho em prol da população vão ser disponibilizadas neste Orçamento, dois milhões trezentos e dezasseis mil seiscentos e quarenta e seis euros para as suas obras e aquisições, isto independentemente das receitas do município transferidas do Orçamento do Estado diminuírem em 2011, relativamente a 2010, oito vírgula seis por cento. O Capital em dívida previsto para o ano de 2011, será inferior ao de 2010, no montante de cinco milhões, quarenta e oito mil oitocentos e seis euros e setenta e sete cêntimos. Nas despesas com pessoal previstas há uma redução de quinhentos e onze mil e setecentos e quinze euros. As despesas do pessoal limitam-se a representar vinte e quatro vírgula sete por cento das despesas totais do Orçamento. Há uma descida relevante a nível de despesas correntes que ronda um milhão e oitenta e cinco mil euros, mesmo apostando nas transferências para as instituições, que este ano aumenta duzentos e cinquenta mil euros. O Orçamento da receita é feito com base na média dos últimos 24 meses anteriores à sua elaboração, como sabem nos termos legais, ou seja de Novembro de 2008 a Outubro de 2010. Daí que os impostos directos baixam apenas oitocentos e trinta e três mil e setecentos euros em Orçamento, quando na realidade a receita baixou três milhões duzentos e trinta e oito mil trezentos e onze euros e noventa e um cêntimo. Os impostos indirectos cobrados pela autarquia baixaram dois milhões duzentos e noventa e oito mil e quinhentos euros. Como dado final direi que em dois





25

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mil e sete a Câmara cobrou de IMI, IMT, IA e Derrama, vinte milhões seiscentos e setenta e oito mil novecentos euros e trinta e dois cêntimos, em 2008 desceu para dezassete milhões noventa e oito mil quinhentos e cinquenta e sete euros, em 2009 desceu para dezasseis milhões seiscentos e oitenta dois mil euros, e em 2010 desceu para treze milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil cento e noventa euros e oitenta e dois cêntimos. Por estes números se vê as dificuldades que nós temos nestes quatro impostos. Nestas quatro cobranças de 2007 para 2010, descemos sete milhões de euros. Se a isto somarmos as taxas urbanísticas, temos um buraco de doze milhões de euros. É difícil gerir desta forma. Só com uma gestão apertada, rigorosa, séria é que possibilita continuarmos com o desenvolvimento de Vila do Conde, que toda a gente, provavelmente, sente.”-----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD:** “Líder eleito e representante legítimo do Grupo Municipal do PSD e que agradece que não haja interferências de pessoas de fora a nomear ou deixar de nomear outros representantes, senão aqueles que têm um papel e que está assinado por todas as pessoas. Acho que isso é do conhecimento desde a primeira Assembleia. Senhor Presidente em nome do Partido Social Democrata eu venho hoje aqui apenas anunciar o nosso sentido de voto, já que para esmiuçar o números deste Orçamento, o Partido vai apresentar aqui um jovem economista, que por acaso também é o actual e novo Presidente da Juventude Social Democrata. Em termos gerais queria apenas dizer que, realmente, surpreende-nos. No ano em que desde o 25 de Abril, vamos ter maiores constrangimentos económicos, a Câmara Municipal consiga apresentar o segundo maior Orçamento, como os senhores ouviram setenta e seis milhões, da sua história. Portanto dizem eles, dizem os senhores que vai haver um aumento de transferências da Administração Central, de catorze vírgula quatro por cento. Se me permite, e por uma questão de prudência, a Administração Central que nós sabemos que já está em pré falência, leva-nos a ter algum cuidado com isto, porque senão vamos ter que ter novos empréstimos no futuro. De qualquer forma também queria lembrar, aliás o senhor Presidente acabou aqui de nos dizer e confirmar, que a receita tem sofrido um corte abrupto e, portanto, isto não significa mais de que o ano de 2011, e cá estaremos todos para assistir. Será um ano em que vão ser apresentadas modificações e alterações deste Orçamento que hoje vai ser aqui aprovado. Com certeza ao longo deste ano vai sofrer diversas alterações e modificações. O sentido de voto do PSD é contra.”-----

--- **FERNANDO REIS DA CDU** - “APRESENTA DOCUMENTO”<sup>18</sup>-----

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP** - “APRESENTA DOCUMENTO”<sup>19</sup>-----

--- **RICARDO SANTOS DO PSD** - “APRESENTA DOCUMENTO”<sup>20</sup>-----

<sup>18</sup> Doc. 17 que se anexa

<sup>19</sup> Doc. 18 que se anexa

<sup>20</sup> Doc. 19 que se anexa



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

26  
*[Handwritten signature]*

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** - "APRESENTA DOCUMENTO" <sup>21</sup> -----

--- **JOÃO FONSECA DO PS** - "APRESENTA DOCUMENTO" <sup>22</sup> -----

--- **ANTÓNIO CASTRO, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RETORTA:** "Depois de ouvirmos várias perspectivas do Orçamento, fico efectivamente muito confuso. Vamos imaginar que esta Assembleia é a Assembleia de uma empresa privada. O diagnóstico efectuado foi, na minha opinião, muito claro e explicado pelo senhor Presidente da Câmara. Mas imaginemos que era o presidente da empresa. Faltava concluir uma coisa: face a todas estas perdas de receitas e à conjuntura, naturalmente que para defender o capital dos accionistas, nós também vamos ter que fazer redução no quadro de pessoal e também vamos ter que fazer alguma redução noutra tipo de despesas que até agora eram consideradas fundamentais e a partir de agora deixam de o ser. Este era o quadro. Eu falo porque efectivamente e a maioria de vocês sabem que é assim, eu trabalho no sector privado, trabalho em várias empresas do sector privado. Não vamos brincar com coisas sérias. No sector privado as coisas são assim e por isso é que o desemprego está tão alto. A economia efectivamente está com muitos problemas, (não comente por favor) ainda bem que isto é uma Assembleia de Municipal e ainda bem que temos o segundo maior orçamento da história, ainda bem que nós temos um homem que tem uma fantasia, ainda bem porque vai conseguir manter o meu orçamento para a Junta de Freguesia. Porque se ele não fizesse isso, eu também tinha que despedir na Junta de Freguesia. Ou vocês vivem todos onde? Em que planeta? Se não fossem garantidas as transferências correntes para a Junta de Freguesia de Retorta, que é aquela que eu represento, que eu conheço, se não fosse feito isso, o que é que eu fazia aos três funcionários que tenho? Ia deixar a minha profissão e ia trabalhar, ia ser cantoneiro? Vamos falar de coisas sérias. Ainda bem que está perfeitamente salvaguardado no orçamento para 2011, as grandes, as enormes funções sociais. Isso foi claramente explicado. Ou então venham-me aqui dizer onde é que vão cortar, nas pessoas, vamos despedir pessoas? Estava naturalmente com algum receio em analisar este orçamento. Estou muito satisfeito porque vou continuar a poder cumprir com as minhas funções de Presidente de Junta da Freguesia de Retorta. Estão salvaguardados os interesses financeiros da nossa freguesia, as despesas correntes. Não há dinheiro para despesas de capital? Paciência. Despesas correntes e despesas fundamentais para manter as funções sociais estão salvaguardadas? Ótimo. Estou muito contente, espero e de certeza absoluta que os meus colegas de Junta estão exactamente como eu, muito contentes por termos um Presidente de Câmara que tem, como lhe chamam, uma fantasia de conseguir manter a Câmara e as Juntas de Freguesia a funcionarem em perfeita normalidade durante o ano de 2011. Se é o segundo maior orçamento da história,

<sup>21</sup> Doc 20 que se anexa

<sup>22</sup> Doc. 21 que se anexa



## MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE

ASSEMBLÉIA MUNICIPAL

estamos todos de parabéns. Devia era ser o primeiro maior orçamento da história.”-----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Não propriamente para voltar a falar do orçamento e rebater afirmações que aqui foram feitas porque não é aqui o local, tinha que ser com explicações individuais. Mas para fazer uma constatação que acho que qualquer de vocês faz. De facto esta Assembleia é monótona porque esta discussão deste ano é a mesma do ano passado, é a mesma dos anos anteriores e é exactamente a mesma seja qual for o Plano que a Câmara apresente, seja qual for o Orçamento que se apresente, as posições são sempre rigorosamente as mesmas. Isso leva a que eu saia daqui hoje tão satisfeito como das outras vezes. Saio confiante e satisfeito nas Grandes Opções do Plano que apresentamos para 2011. Porquê? Porque por um lado acredito naturalmente naquilo que fizemos Depois porque registamos mais uma vez com satisfação esta ampla coligação PSD, CDS, BE e CDU que acho que é pena não se afirmarem mesmo como coligação. E a coligação estando contra há motivos para estarmos satisfeitos. Tenho já dito, noutras alturas, que um dia que um desses partidos elogie aquilo que fizemos, tenho que repensar seriamente aquilo que estamos a fazer. Provavelmente estamos a dar passos errados, não estamos a seguir o caminho correcto. Ouvimos de facto estes discursos aqui, mais ou menos em bicos de pé, a dizer que está tudo mal, está um disparate, mesmo com muito desconhecimento a dizer-se isso. Sei que a democracia tem custos, todos sabemos. As pessoas têm aqui a oportunidade de falarem. Isso alimenta-lhes o ego. Esquecem-se é que para nós pouco nos importa que estejam ali a dizer mal, desde que não insultem Isso não admito. Até gosto que digam mal, porque são pessoas que não merecem crédito, não confio minimamente nelas. A população não confia, como é que hei-de confiar eu. Os correligionários deles não confiam, votando muitas das vezes em nós. E se as pessoas aqui têm um micro, as outras lá fora, o povo, as pessoas do nosso concelho têm uma arma que não se podem esquecer que é a arma do voto. Como o João Fonseca referiu, há pouco mais de um ano o povo falou, falou com a cruzinha. E sabem que levaram a maior derrota de sempre, foram humilhados. Se me acontecesse o que aconteceu a determinadas pessoas, tinha vergonha de vir para a rua, quanto mais falar para o púlpito. Tinha vergonha, mas não somos todos iguais, de maneira que saio daqui muito satisfeito. Sei que esse povo lá fora continua a confiar em nós. Claro que também compreendo que há sempre uma esperança, daqui a três anos, eu estou aqui há trinta e seis anos e tenho ouvido sempre isto, agora é que vai ser. O povo que nos conhece, e conhece-nos também nas freguesias, tem-se expressado e sabem em quem podem confiar. Digo, sinceramente, se um destes partidos hoje dissesse vou votar a favor, eu ia doente para casa, amanhã reunia a Câmara, nem havia fim de ano, para se ver o que é que está mal aqui. Portanto estou satisfeito e motivado para o próximo ano.”-----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE:** “Perante esta demonstração de espírito democrático do senhor Presidente da Câmara espero que fique bem gravado na acta. De facto esta escola do partido socialista, do poder que nos temos em Vila do Conde, o espírito democrático da abertura, da capacidade de diálogo, de aceitar a opinião contrária,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mesmo que até pudesse ser e possa ser, enfim, passe a ser desqualificada, o senhor Presidente pretende desqualificar os seus opositores. Queria fazer aqui um sublinhado. O senhor Presidente hoje já disse aqui três vezes a palavra correligionários. Quem quiser saber o que isso é, vá ao dicionário. Eu usei há coisa de dois anos essa palavra aqui e esta bancada, aqui do lado esquerdo, levantou-se toda, alegando um insulto que eu teria feito, digamos, aos camaradas do Presidente da Câmara por lhe ter chamado correligionário. Não sei se ele está a utilizar essa palavra com o sentido que a bancada na altura deu à palavra. Se calhar é mais uma daquelas intervenções sub-reptícias para desqualificar a oposição. Mas eu vim aqui, eu quero sublinhar que o meu discurso foi substancialmente diferente quer do PSD, quer de todos os outros, o que eu vim aqui referir foram as opções erradas que promovem as assimetrias entre as freguesias e o concelho ... MUDANÇA DE CASSETE ... mas porque faz uma gestão equitativa, mas porque faz uma gestão numérica que é uma gestão de merceeiro, com o único objectivo de ganhar. O Hitler também ganhou. Há muitos ditadores, incluindo o Hitler ganhou muitas eleições consecutivas com maiorias absolutas (**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Respeite senhor deputado se quer ser respeitado. Respeite senhor deputado. É uma das regras da democracia e eu já lhe pedi para terminar por ter esgotado o tempo e o senhor deputado continuou a usar da palavra, a não respeitar a Mesa. Aliás é uma marca que deixa na Assembleia.").

--- **AFONSO FERREIRA DO CDS/PP:** "Apenas para fazer alguns comentários. Apreciei que a minha questão da fantasia foi um tema aqui recorrente. Perceberam a mensagem. Eu apreciei. Ouvindo o discurso do doutor João Fonseca quase me parecia que era um discurso de aprendiz, aprendiz de feiticeiro. E isso, digo-lhe, também estamos fartos, estamos fartos de vos ouvir dizer sempre a mesma coisa. Mas isso nós também já estamos fartos, dessa lengalenga. Eu digo a verdade, até votei e tive a coragem. E aos amigos nós temos a coragem de dizer a verdade. Tive essa frontalidade, estive ao lado da câmara, portanto não estou sempre contra, nem o CDS está sempre do contra. Está aqui construtivamente com propostas como hoje tem demonstrado. Por último a questão da vergonha. Senhor Presidente, conhecemo-nos, o senhor conhece-me de miúdo, com frontalidade digo, eu vergonha de perder eleições, não tenho. E vou à luta e vou muitas vezes. Deus me dê muita saúde para ir muitas vezes. Um dia espero ganhar, obviamente. Mas digo-lhe uma coisa, mais vergonha tinha de pôr outdoors, de pôr como eu recebi na minha caixa do correio a dizer que não íamos ter portagens nas scut's e tê-las. De assinar-mos aqui tomadas de posições sobre o fecho das urgências no Hospital e no dia a seguir ela acontecer. Eu isso acho que são coisas e o senhor não tem, reconheço-lhe mais o esforço apesar de tudo nas circunstâncias políticas e muito difíceis que o fez, mas por vezes todos nos excedemos no discurso político. Quero-lhe dizer que eu não tenho vergonha nenhuma de perder eleições, porque perco-as com honra e com dignidade, porque tento respeitar sempre as pessoas e estar na política de uma forma construtiva e quem assim está pode cair, mas cai de pé."

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** " Só quero responder ao deputado Afonso Ferreira, sei



29  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que você não tem vergonha. Disse agora que não tinha vergonha, porque se você tivesse já não tinha concorrido. Foi isso que eu disse também. Portanto estamos de acordo, você não tem vergonha, estamos de acordo. Não falemos da história das scut's. Não falemos nisso, senão vamos relembrar as suas posturas." -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 37 VOTOS A FAVOR E 12 VOTOS CONTRA. -----

--- h) INFORMAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL. -----

--- **MANUEL AMORIM DO PSD:** "Senhor Presidente vamos fazer como o Fernão Magalhães e vamos dar a volta ao Mundo para chegar à pergunta. Há bocado fui impedido de lhe perguntar isto, porque supostamente o Período de Antes do Dia não é suposto fazerem-se perguntas. O senhor na sua intervenção acabou por me responder ao de leve à questão, que é a questão do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim /Vila do Conde. Eu li uma notícia no Jornal de Notícias, não é um órgão oficial do governo, mas onde era claro que estas obras iam ficar na gaveta. Depois é dito no fim da notícia que eventualmente poderá haver uma comissão que vai analisar caso a caso, da qual o Ministro das Finanças vai fazer parte. Queria confirmar isso com o senhor Presidente. Ao contrário do que o senhor pensa, eu não falo mal de si. Tenho muito respeito pela sua obra, agora isso não quer dizer que concorde sempre consigo. Os senhores têm que conviver com a crítica. Queria-lhe perguntar se o senhor acredita realmente nisto? Se não acha que isto é mais um embuste do poder central que se está, perdoe-se-me a expressão, a marimbar para nós aqui em Vila do Conde, se temos ou não temos um hospital, como dever ser. A informação que o senhor Presidente dá, vem do Secretário do Estado, Manuel Pizarro mais velho do que eu, mas que andou comigo no liceu e que eu vi agora, à pouco tempo, num acesso de sensibilidade social que me deixou atónito, dizer e defender que as pessoas que têm ordenados mínimos e rendimento mínimo, tenham até quatrocentos e tal euros, vão por uma questão de justiça, não por ser uma coisa importante para o orçamento do Estado, pagar a taxa moderadora nos Hospitais. Portanto é esta mesma pessoa que nos está a garantir que vai haver Hospital em Vila do Conde, que depois vai pedir dez euros, aos idosos, que são as pessoas que mais frequentam estas instituições, por cada serviço de urgência. Portanto eu fiquei na dúvida e gostava que o senhor Presidente se fosse possível esclarecesse esta Assembleia. Acho que é um assunto relevante, se realmente acredita e se existem passos nesse sentido ou se como diz o povo, é conversa fiada. Outra questão, tem a ver e aproveito para informar aqui esta Assembleia porque é um assunto que diz respeito a todos. Eu sou por inerência do Partido Social Democrata, deputado na Assembleia Metropolitana do Distrito do Porto. E aconteceu um facto inédito, aliás achei piada ao meu colega deputado João Fonseca que veementemente bradava contra o nosso voto sempre do contra, eu quero que os senhores saibam que e isto é um pequeno aparte, é uma Assembleia dirigida superiormente (**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Eu vou interrompê-lo para perguntar se tem a ver com a actividade municipal) ... Vai ver que tem, vai ver que tem. É como o Vasco da Gama, quando queria ir à Índia quase que teve de ir ao Brasil, para apanhar os ventos. E, portanto, nós assistimos, eu assisti à forma superior



30  
AA  
M

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com que o doutor Bruno Almeida tem dirigido, porque é o Presidente da Assembleia da Área Metropolitana do Porto. Assisti ao doutor Bruno Almeida único socialista a votar para que o Orçamento da Junta Metropolitana do Porto fosse aprovado, e assisti a uma questão pessoal do Grupo Parlamentar do Partido Socialista com o doutor Rui Rio, questão pessoal, coisa de lã de caprina, como nós já tivemos. Aliás eu cheguei a dizer, e perdoe-me a expressão, sem nenhuma ofensa, que nesses termos que o senhor Presidente às vezes usa, é um menino ao pé do doutor Rui Rio, porque ele é realmente antipático e não responde mesmo. Mas isso é uma questão pessoal. A verdade é que o Partido Socialista não teve o mesmo respeito, a mesma responsabilidade que o PSD teve, quer em termos nacionais no Orçamento do Estado. A pergunta é esta, quando o orçamento foi chumbado, pasme-se, por uma questiúncula pessoal, num orçamento de dois milhões de euros que é praticamente absorvido pelos custos administrativos, pagamento dos funcionários e arrendamentos das instalações, a única consequência supostamente seria governar com duodécimos, um Orçamento de dois milhões, cento e cinquenta mil euros. Mas dei-me ao trabalho de perguntar ao Presidente da Junta Executiva que é o doutor Lino Ferreira, qual seria mesmo a consequência. A resposta foi que ao chumbarem este orçamento, a Junta Metropolitana ao não ter este orçamento aprovado, estaria impedida de se candidatar a fundos do QREN. Isso sim, é grave. Seria muito grave, porque a actividade na Área Metropolitana teria muito mais interesse, o único interesse que tem é conseguir candidatar-se a esses fundos, que são distribuídos por vários municípios. Então a pergunta é esta, nós aqui em Vila do Conde temos alguma obra em curso que esteja dependente da aprovação desse orçamento na Assembleia Metropolitana? Ou não? Fomos ou não prejudicados? Queria constatar a diferença de procedimento. Não sei se começa a haver cisões no Grupo do Partido Socialista, mas a verdade é que o deputado Bruno Almeida foi o único com responsabilidade, permitiu que o Orçamento fosse aprovado. Note-se que essa Junta Metropolitana tem sete Câmaras do PS e nove Câmaras do PSD. Mas assistimos ali ao Grupo do Partido Socialista a chumbar esse orçamento. Não sei realmente se o doutor Lino Ferreira me deu uma informação correcta. Se é correcta, se o Município de Vila do Conde será afectado em alguma obra que esteja em curso, ou em curso com outros municípios?" -----

--- **FERNANDO REIS DA CDU:** "Eu confesso que antes da votação, quando cá veio o Armando Herculano, ainda pensei que ele viesse dizer que ia alterar o sentido de voto para obrigar a Câmara a reunir. Parece que não foi assim, mas vontade não faltou. Há aqui uma questão que eu não posso deixar de colocar. É que vemos aqui o PSD e a Câmara Municipal, de maioria PS, num aparente desaguisado, mas, de facto, na questão do Hospital eles estão de acordo. Reza a notícia, aqui citada, que a posição assumida foi objecto de entendimento entre o Governo e o PSD para aprovação do Orçamento do Estado para 2010. O novo Hospital terá que ser avaliado por uma Comissão que irá aferir da sua necessidade, explicou ao JN Manuel Pizarro. Que mais adiante refere, tenho muita esperança que venha a ser aprovado, mas não se sabe quanto tempo poderá demorar essa avaliação, poderá atrasar muito o processo.



31

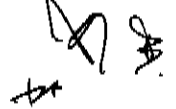
MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente, afinal a coligação PSD, CDS, BE e CDU, é uma treta. O que eu vejo aqui é uma coligação PSD e PS, relativamente a uma questão importantíssima para Vila do Conde ... (já lá vou senhor Presidente, com certeza ) ... por isso, eu agradecia senhor Presidente que esclareça bem esta Assembleia, quando refere que tem esperanças efectivamente que isto vai evoluir no sentido de ser atendido os interesses dos vilacondenses e dos nossos vizinhos poveiros, o faz com bases sustentáveis, ou também o faz, como diz Manuel Pizarro, numa questão de esperança, apenas por uma questão de esperança. Se não vier este hospital para aqui dentro do prazo que desejamos, lembro que o senhor Presidente disse várias vezes que a obra avançaria até ao final do ano, deste já não. No próximo vamos ver tendo em conta as palavras de Manuel Pizarro. Há uma outra questão é que se não vier senhor Presidente, não será altura de começarmos a pensar outra vez em termos urgências em Vila do Conde?" -----

--- **ARMANDO HERCULANO DO BE** – Apresentou documento<sup>23</sup>.-----

--- **ALEXANDRE RAPOSO DO CDS**: "Senhor Presidente da Mesa se me permite eu hoje vou abusar um bocadinho e vou aqui ao mesmo tempo fazer dois exercícios. Primeiro uma interpelação à Mesa. Se me permite, só para fazer um esclarecimento, uma dúvida que me suscitou agora em relação às intervenções. Neste Período os senhores deputados Municipais que bem entenderem questionam a Câmara, a Câmara pode responder e depois dessa mesma resposta fica fechado o período ou é possível um deputado municipal posteriormente levantar outras questão e assim sucessivamente ... (**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**: "Vou-lhe responder de imediato. Como compreende isto é um ponto da Ordem de Trabalhos. Nós temos o Regimento que dispõe qual é o período de intervenção de cada força política que foi aprovado nesta Assembleia. Dentro deste Período que é um período reservado para informação da Presidência da Câmara sobre a actividade municipal, o senhor Presidente se quiser nem responde, porque a informação prestada é por escrito. O senhor Presidente da Câmara envia para os senhores Deputados, através da Mesa da Assembleia, uma informação por escrito e cumpre a Lei. Há a possibilidade, tem-se criado esse hábito nesta Assembleia, neste período o senhor Presidente da Câmara tem se disponibilizado para prestar informações complementares aos senhores deputados que estão inscritos e nessa medida os senhores deputados têm o período normal do Ponto de Ordem de Trabalhos, senão teriam apenas que fazer comentários sobre a Actividade Municipal e mais nada." ) ... Pronto, entenda-me só que a questão quando a levanto é só para evitar o chorrilho de temas que vêm por ai abaixo, o senhor Presidente da Câmara depois ... (**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**: "senão nunca mais daqui saíamos. É evidente que não podem voltar a intervir, nem colocar questões.") ... Senhor Presidente se me permite a questão que aqui trago é diferente das que vieram até aqui discutidas e vem ao encontro de um tema que também é caro para

<sup>23</sup> Doc. 22 que se anexa.



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vila do Conde. No âmbito do Polis houve uma redefinição bem feita e interessante para a cidade e que teve também o envolvimento da reconversão da Lota. Sabemos que o senhor Presidente e o Executivo têm tido uma luta grande para que seja viabilizado de forma definitiva a utilização daquele espaço, sendo que ainda não está em plena utilização. Gostaríamos de saber exactamente o porquê da situação e efectivamente qual o desenvolvimento que aí poderá vir a surgir nos tempos próximos. Curiosamente a Lota enquadra-se num triângulo, também uma segunda parte desse triângulo relacionado com o Polis. Um Projecto muito interessante a meu ver, porque teria um impacto económico também interessante para Vila do Conde e iria encaixar numa das grandes apostas que este concelho tem que fazer para futuro, relacionada com o Turismo e com o Projecto da Marina junto à Foz do Rio Ave. Qual o ponto da situação? Na altura, ainda no tempo do doutor Abel Maia, era argumentada a necessidade de conclusões de estudo de impacto ambiental e definições de regras para se desenvolver esse mesmo projecto. Terceiro ponto não relacionado com o Polis, mas que para formar este triângulo, de interesse turístico, interesse económico, tem a ver com os Estaleiros, com a sua reconversão. Sabemos nós que infelizmente o recuo do sector Económico das Pescas é evidente. Não é um problema de Vila do Conde, é um problema de Portugal e nós também sabemos que a nossa barra é uma das barras mais interessantes e seguras, assim o dizia na altura o Comandante da Capitania, Comandante Costa Rei. Curiosamente das últimas a fechar. Como tal queria saber se há ou não neste momento algum tipo de dinâmica de desenvolvimento económico para essa zona dos estaleiros, nomeadamente naquilo que diga respeito à manutenção de barcos a exemplo do que é feito no Porto da Póvoa, curiosamente situado em terras de Vila do Conde. Mais, gostaria ainda que fosse feito esse estaleiro dos iates, dos barcos à vela, que trazem outra economia, outra dinâmica de turismo, de fixação de riqueza e postos de trabalho, preferia claramente em Vila do Conde ou no limite na minha querida freguesia de Azurara. Este triângulo que faz parte de um investimento que os senhores, como sabem, apresentaram como solução para o futuro de Vila do Conde, ainda estamos a caminho de concretizar. Gostaria de saber qual a previsão para se terminar esse projecto e começar a sentir o resultado económico e o resultado prático daquilo que tem sido a vossa aposta e ao mesmo tempo a vossa promessa política.” -----

--- **O PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Com brevidade às questões colocadas pelo doutor Manuel Amorim, pelo deputado Fernando Reis e pelo deputado Alexandre Raposo. Relativamente às taxas moderadoras gostava de dizer que não é essa a leitura que eu tenho, a que tem, parece-me que não estarei enganado, é que alguém que recebe salário mínimo, pode pagar se tiver outro rendimento. Um desempregado pode pagar desde que viva numa grande urbanização e tenha muito dinheiro no banco. Se calhar alguém que ganhe o salário mínimo, que não tenha nada é que não pode pagar. É a leitura que eu faço, pelo menos do que me foi transmitida mesmo por gestores hospitalares, mas essa também não é a questão fulcral. Relativamente ao futuro hospital é como disse. As parcerias Público – Privadas, como sabemos, na





33

MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

negociação para o Orçamento entre o Governo e o PSD, caíram em toda a ordem. Abriu-se uma excepção para a saúde. Para a saúde pode haver parcerias desde que essa Comissão que integra representantes do Grupo Parlamentar do PSD, Grupo Parlamentar do PS e do Governo, entenda que há interesse para o país, mesmo no plano económico na constituição dessas parcerias Público – Privadas para avançar com esses empreendimentos. E os dois primeiros que estão em questão é o Hospital de Gaia e o Hospital Póvoa Vila do Conde. Aquilo que aqui referiu é muito importante, que é a questão do lobby, é sensibilizar quer o PSD, quer o PS para a necessidade destes empreendimentos. Penso que aqui em Vila do Conde e na Póvoa isso funciona com facilidade. É facilmente demonstrável que é um claro benefício para o erário público se fecharem os dois hospitais e passarmos a ter um só hospital. Os custos serão muito menores e portanto nós temos essa expectativa, essa confiança. Sei que Gaia também tem, tenho conversado muito com o doutor Marco António, temos feito pressão os dois, temos feito pressão conjunta e junto de quem deve e eu junto de quem devo e trocando opiniões. Estou confiante que isso vai acontecer, o Senhor Secretário de Estado hoje afirmou na inauguração das Unidades de Saúde Familiar, em Malta e Modivas, fê-lo em Malta, respondendo a uma intervenção que eu fiz antes, dizendo que estávamos muito felizes com as Unidades de Saúde Familiares, finalmente quando agora arranjar a das Caxinas, em Fevereiro, deixará de haver a chaga social que era haver utentes sem Médico de Família. Aliás hoje a coordenadora da Unidade de Saúde Familiar de Modivas, que até agora ainda tinha utentes sem médico, quando eu lhe perguntei, então fica tudo coberto? Respondeu-me, não, agora vamos precisar é de arranjar utentes. É que de três médicos, passou-se para cinco. Eu acho que o que nós temos que forçar é a Comissão a pronunciar-se. Saber se é pelo PS, se é pelo PSD, ou se é pelo PS e o PSD, não interessa ...

**MUDANÇA DE CASSETE ....** Em relação à questão da Junta Metropolitana, dir-lhe-ei que essa votação que a vocês tanto vos perturbou, a quem deve perturbar mais e soube-a logo, porque o Bruno me telefonou. A quem deve incomodar mais é, naturalmente, aos Presidentes das Câmaras do Partido Socialista porque o Plano e o Orçamento da Junta foram aprovados por unanimidade, fruto de uma discussão em que eu participei, e portanto se de facto os Autarcas do PS na Área Metropolitana votaram contra, naturalmente a quem deixaram piores colocados foi aos Presidentes das Câmaras do Partido Socialista. Essa questão que você levanta, não estou a ver. Embora eu tenha toda a admiração pelo Doutor Lino Ferreira, de quem sou amigo há anos e anos, quando ele estava na DREN, vinte anos, não estou a ver que os nossos investimentos através do QREN venham a ter problemas. Os Centros Escolares, as participações são directas para a Câmara, não passam pela Junta. Poderá haver ali qualquer anuência, mas penso que isso está resolvido, porque não tenho dúvidas que estão ultrapassadas. Aliás o Doutor Rui Rio telefonou-me no dia seguinte, logo de manhã, a perguntar-me qual era a posição que eu achava, se era fazermos uma nova reunião, tomarmos uma posição por escrito. Disse-lhe que nós devemos tomar uma posição por escrito e mandar rigorosamente o mesmo Plano e o mesmo Orçamento,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procurando explicar que isto é um Orçamento e um Plano quase insignificante e seria muito mau estar a viver com duodécimos. Em relação às questões colocadas pelo Alexandre Raposo, a questão da Lota não tem nada a ver com o Polis. A questão do Polis foi só a marginal, a da zona da Lota foi resultante de um protocolo que na altura fizemos com o Governo. Na altura era Ministro do Mar, o engenheiro Duarte Silva e depois chegou a ser o nosso vilacondense que hoje aqui infelizmente foi referido. Foi um protocolo em que nos comprometemos com base no plano Rosa dos Ventos, a Câmara concorreu à Comunidade, responsabilizamo-nos por fazer o que era em terra, ou seja a Praça dos Descobrimentos, a Alfândega Régia e a Nau. O Governo assumiu as outras coisas, entre os quais se localiza esta Alameda, que vai desde a Praça dos Descobrimentos até aos Assentos, e que envolve aquela Lota. O Instituto Portuário Marítimo é detentor de tudo aquilo, vai transferir para o Serviço de Lotas e Vendagem a Lota. A parte do Café e Restaurante penso que estará para abrir o concurso, está para abrir já não sei há tantos meses. Foi-me prometido ainda a semana passada pelo seu Delegado Regional o engenheiro Joaquim Gonçalves que estavam nos últimos pormenores para abrir o Concurso Público para a concessão para a exploração daquele café/bar. Depois temos o outro problema, que é o problema da Lota, da venda de peixe. É um problema de alguma delicadeza, que estamos a procurar trabalhar com pinças. A legislação actual não permite aquele sistema de venda que está ali instalado. Obriga a que as pessoas se constituam em associação, ou os pescadores se constituam em associação, ou então que haja só um a comprar o peixe dos outros todos. Isso é impraticável. A Câmara tem vindo a procurar negociar, quer com Instituto Portuário Marítimo, quer com o Serviço de Lotas e Vendagens, assumindo um papel de charneira, porque tem que haver ali os dois tipos de vendas. Tem que haver uma venda, o pescador tem que vender ao Serviço de Lotas e Vendagens e o Serviço de Lotas e Vendagens revende depois a quem vai vender ao consumidor. Nós já dissemos que assumimos esse papel, nós ficamos no meio, o pescador entrega-nos o peixe a um determinado preço e por esse preço sai para a mulher do pescador. Depois é só uma questão da venda e nós em última instância estamos a admitir a hipótese de funcionarmos ali com um pequeno mercado, para não obrigar a constituir uma associação ou ficarem nas mãos de um intermediário. É um problema de uma enorme delicadeza. Começaram por se reunir com os pescadores e naturalmente que a receptividade não foi nenhuma, perceberam que não era possível e que nós tínhamos razão. Eu e o engenheiro Caetano estivemos duas vezes em Lisboa em reuniões de longas horas a procurar explicar. Claro que eles têm um argumento, é que em Esposende conseguiram concretizar isto, obrigaram todos os pescadores a associarem-se. Vamos ver se nós conseguimos resolver isto desta forma e mantendo aquela tradição das pessoas, as que também lá vão comprar estão habituadas a comprar a esta ou àquela peixeira. Quer a hipótese da associação quer a hipótese que era do leilão, naturalmente, são desaconselháveis. Em relação à questão que colocou da Seca do Bacalhau, nós temos ali dois espaços. Temos o espaço entre a estrada e o rio, essa é a destinada à Marina e temos desde da estrada para dentro, onde nós



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos aquele projecto. Esse sim fez parte do Polis, para onde foi elaborado um Plano de Pormenor, pelo Arquitecto Manuel Fernandes Sá, que está aprovado, está em condições, foi apresentado agora como promoção no Salão Internacional de Lisboa. O engenheiro Caetano esteve lá a representar a Câmara, onde fomos até distinguidos. O Projecto colheu muito interesse, mas naturalmente que nós duvidamos que seja o momento ideal para fazer um concurso para um espaço com aquela dimensão, estamos a pesar, ouvindo muitas opiniões. A do outro lado é efectivamente também do Instituto Portuário Marítimo. Referiu que exigiu um novo estudo de Impacto Ambiental. Chegaram depois a admitir que essa marina poderia passar para o lado de Azurara, porque tinha mais espaço, poderia permitir um maior número de embarcações. Houve para aí um estudo feito por uns técnicos que diziam que com menos de trezentos embarcações, uma marina não era sustentável, já se admite que possa ficar nas duzentos e quarenta. Por todas as razões para nós a marina devia ficar do lado de cá, embora possa ter um complemento especial do outro lado, para barcos de maior porte, para situações que se venham a estudar como aconselháveis. São assuntos que nos merecem a maior atenção. Sobre os Estaleiros, actualmente a madeira está a ser muito substituída por ferro. A construção naval diversificou. Apesar de tudo ali ainda não há crise. A evidência disso é que nós tínhamos ainda há pouco tempo dois estaleiros que eram o Samuel e a Sicnave. Havia um que tinha fechado há pouco tempo, foi a concurso e apareceu um outro interessado, um homem ligado já aos estaleiros de cá, o Barreto, que o está a explorar. Neste momento existem três. A crise aí não é tão grande. O Samuel como sabem está muito virado para a construção daqueles barcos destinados aos passeios no Rio Douro."-----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** encerrou o PERÍODO DA ORDEM DO DIA. Colocou à aprovação a Minuta da Acta desta sessão, a qual foi aprovada por unanimidade. De seguida abriu o **PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA**.-----

— **ÁLVARO DA PONTE DIAS**, Rua José Afonso, Bloco 4 - Lote B 1.º Esq.º, Vila do Conde. Perguntou qual é o valor dos juros a pagar por operações de factoring no ano de 2011 e quais foram as despesas correntes de capital que foram eliminadas no orçamento que foi nesta sessão aprovado.-----

--- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** - deu por encerrado Período de Depois da Ordem do Dia e encerrou a sessão pelas uma horas e cinquenta e cinco minutos.-----

DR. LÚCIO FERREIRA

DR. VÍTOR CARVALHO

DR. ANA LÚCIA BEIRÃO

**CDS – PP**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**

Doc. 1  
A

**VOTO DE PESAR**

No passado dia 11 de Dezembro faleceu o Sr. Comendador Fernando da Silva Mendonça ficando o nosso concelho subtraído de uma das mais emblemáticas figuras ligadas à agricultura e ao seu associativismo. O desenvolvimento da *Agras*, a projecção da *Lactogal*, a liderança da *Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas* e do *Crédito Agrícola de Portugal* são dos melhores exemplos da dimensão humana e profissional desta figura de Vila do Conde.

Registe-se com particular atenção ao tempo investido na defesa e aumento de competitividade do sector leiteiro o que para Vila do Conde importa de forma crucial a ver pelo peso desse sector na economia local.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde regista com pesar e saudade o desaparecimento, súbito e inesperado, deste Vilacondense fazendo aprovar este voto de pesar e realizando um minuto de silêncio como sinal de respeito e de homenagem.

O grupo municipal do CDS/PP

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010



**NOTA:** em caso de aprovação solicita-se que este voto de pesar seja remetido à família assim como se proceda à publicação na comunicação social local.

## **VOTO DE PESAR**

### **PELO FALECIMENTO DO COMENDADOR FERNANDO MENDONÇA**

Fernando da Silva Mendonça, agricultor, nasceu na freguesia de Modivas, deste concelho, a 27 de Novembro de 1935, foi um grande impulsionador do sector cooperativo agrícola, faleceu no passado dia 11 de Dezembro.

Destacou-se no desenvolvimento ao sector cooperativo, ao qual se dedicou ao longo da sua vida.

Em meados dos anos sessenta assume funções de dirigente na Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, onde chega a presidente e assume os comandos da organização da produção leiteira em Portugal, nomeadamente na região de Entre-Douro e Minho e posteriormente Trás-os-Montes

Fez parte do conselho fiscal da Agros – União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, UCRL de 1975 a 1982.

Em 1982 passou a presidir à direcção da Agros, UCRL, cargo que manteve até ao seu falecimento.

Participou activamente na criação e constituição da FENALAC – Federação Nacional das Uniões de Cooperativas de Leite e Lacticínios, bem como da CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal, onde exerceu o cargo de presidente.

Participou directamente no processo de fusão de três uniões de cooperativas leiteiras do país, com vista à criação da maior empresa de lacticínios a nível nacional e internacional na produção e transformação de produtos lácteos: a LACTOGAL, S.A.

A sua vida e a sua acção permitem-nos reconhecer que tinha uma estratégia para o sector agrícola, permitindo competir de forma eficaz e sustentável num mercado cada vez mais agressivo e alargado. Também permitiu a viabilidade de inúmeras pequenas explorações agrícolas que de outro modo não teriam possibilidade de sobreviver.

Pelo seu trabalho e dedicação ao sector agrícola e cooperativo foi agraciado com as insígnias de Comendador e de Grã-Cruz da Ordem de Mérito Agrícola, num justo reconhecimento pelos mais altos representantes da Nação.

À data do seu falecimento desempenhava cargos de relevo em inúmeras sociedades, cooperativas e associações ligadas ao sector agrícola.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida no dia trinta de Dezembro de 2010, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Fernando da Silva Mendonça e endereça aos seus familiares sinceras condolências.

Se aprovado, enviar à família, publicar na imprensa local.

O Grupo Municipal do PS

*Fernando Oliveira*

**Partido Social Democrata**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**

**VOTO DE PESAR**

**(Comendador Fernando da Silva Mendonça)**

No passado dia 11 Dezembro a Agricultura portuguesa ficou sem dúvida mais pobre!

Fernando da Silva Mendonça, agricultor e dirigente cooperativo há várias décadas, representa um marco histórico no sector agrário em geral e no sector leiteiro em particular.

Ao longo da sua vida dedicou-se por inteiro ao Cooperativismo Agrícola, destacando-se o cargo de Presidente da Direcção da AGROS, que assumia desde 1982.

De realçar igualmente o seu empenho e envolvimento na criação de diversas instituições a nível regional e nacional, como foi o caso da LACTOGAL, unidade de produção e transformação de produtos lácteos sediada no nosso concelho.

Como testemunho da sua acção foram-lhe concedidas as insígnias de Comendador e de Grã-Cruz da Ordem de Mérito Agrícola, reconhecidas pelos mais altos representantes da Nação.

Homem de grandes convicções, mas acima de tudo de grandes atitudes devotou toda a sua vida ao cooperativismo agrícola, deixando uma acção inigualável em prol do desenvolvimento do sector agrário.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em sessão ordinária no dia 30 de Dezembro de 2010, delibera manifestar o seu pesar pelo falecimento de tão ilustre personalidade, cuja partida representa uma grande perda para este concelho.

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010

Os Deputados Municipais

Nota – Se aprovado, publicar em todos os jornais locais e dar conhecimento à família.

*Crosby P. S. S. [Signature] [Signature] [Signature]*

## VOTO DE PESAR

No passado dia 11 de Dezembro faleceu o Sr. Comendador Fernando da Silva Mendonça, agricultor, nascido na freguesia de Modivas, deste concelho a 27 de Novembro de 1935. Homem de grandes convicções, mas acima de tudo de grandes atitudes, devotou toda a sua vida ao cooperativismo agrícola, deixando uma acção inigualável em prol do desenvolvimento do sector agrícola.

Em meados dos anos sessenta assumiu funções de dirigente na Cooperativa Agrícola de Vila do Conde, onde chegou a presidente e assumiu os comandos da organização da produção leiteira em Portugal, nomeadamente na região de Entre-Douro e Minho e posteriormente Trás-os-Montes

Fez parte do conselho fiscal da Agros – União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, UCRL de 1975 a 1982.

Em 1982 passou a presidir à direcção da Agros, UCRL, cargo que manteve até ao seu falecimento.

Participou activamente na criação e constituição da FENALAC – Federação Nacional das Uniões de Cooperativas de Leite e Lacticínios, bem como da CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal, onde exerceu o cargo de presidente.

Participou directamente no processo de fusão de três uniões de cooperativas leiteiras do país, com vista à criação da maior empresa de lacticínios a nível nacional e internacional na produção e transformação de produtos lácteos: a LACTOGAL, S.A.

A sua vida e a sua acção permitem-nos reconhecer que tinha uma estratégia para o sector agrícola, permitindo competir de forma eficaz e sustentável num mercado cada vez mais agressivo e alargado. Também permitiu a viabilidade de inúmeras pequenas explorações agrícolas que de outro modo não teriam possibilidade de sobreviver.

Pelo seu trabalho e dedicação ao sector agrícola e cooperativo foi agraciado com as insígnias de Comendador e de Grã-Cruz da Ordem de Mérito Agrícola, num justo reconhecimento pelos mais altos representantes da Nação.





À data do seu falecimento desempenhava cargos de relevo em inúmeras sociedades, cooperativas e associações ligadas ao sector agrícola.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida no dia trinta de Dezembro de 2010, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Fernando da Silva Mendonça e endereça aos seus familiares sinceras condolências

*Silva Mendonça*

Doc. 4

### Voto de Pesar

No passado dia 29 de Dezembro faleceu o Padre Adélio Loureiro. Ligado a Vila do Conde, em particular à freguesia da Junqueira, à mais de 40 anos deixou uma marca importante na nossa terra ultrapassando as suas actividades religiosas através de uma forte intervenção na sociedade.

O seu trabalho foi de tal modo crucial e marcante que ainda ano passado foi alvo de duas importantes homenagens: uma no âmbito das comemorações dos 50 anos dos escuteiros na Junqueira e outra promovida pela Câmara Municipal de Vila do Conde.

Agora com o seu desaparecimento do mundo dos vivos a Assembleia Municipal de Vila do Conde declara o seu voto de pesar prestando uma homenagem sentida e justa para quem tão bem soube interpretar o seu papel na sociedade vilacondense.

O Grupo Municipal do CDS/PP

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010



Nota: em caso de ser aprovado este voto de pesar proceda-se a um minuto de silencio em sinal de respeito e homenagem ao Sr. Padre Adélio Loureiro, proceda-se à publicação nos órgãos de comunicação social local, envie-se o referido voto à família.

It's homens que marcam a história dos homens,  
das suas vidas, das nossas comunidades. O  
Pe. Adélio Loureiro pela sua fé, pelo seu modo  
de ser e estar, pela sua dedicação, pela  
constante entrega aos outros é um desses  
homens que o Concelho de Vila do Conde  
teve o privilégio de contar.

É pois com sentimento de perda que  
apresentamos o presente voto de pesar  
pelo falecimento do Rev. Pe. Adélio Loureiro  
e condolências à família e amigos.

Pelo Grupo do Partido Socialista

Carlos Manuel Nunes Baptista

PRESEDEnte DA JUNTA DE FREGUESIA DA SERRA

30 DE DEZEMBRO 2010

Doc. 6  
27.

**Partido Social Democrata**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**

## VOTO DE PESAR

No pasado dia 29 de Dezembro fomos surpreendidos com a noticia do falecimento do Padre Adélio Loureiro, Pároco das Paróquias de Junqueira e de Parada.

Desenvolvendo actividade pastoral no concelho de Vila do Conde desde 1967, o Pe. Adélio Loureiro soube conquistar, ao longo do seu percurso, o coração dos seus paroquianos. Homem humilde e forte na sua fé, o Pe. Adélio Loureiro contruiu uma obra pastoral notável, facto bem visível nos vários movimentos pastorais em actividade nas suas paróquias.

A par da obra pastoral, o Pe. Adélio Loureiro não deixou de se ocupar dos problemas dos mais carenciados, complementando a sua actividade com a realização de uma obra social na qual envolveu as forças vivas da freguesia da Junqueira e que se tem afirmado de forma crescente no auxílio de crianças e idosos. Esta dupla vertente da sua actividade trouxe incontáveis benefícios à população das freguesias que serviu, dando assim uma dimensão superior à sua afável personalidade.

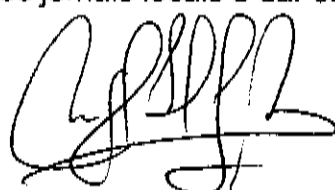
A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em sessão ordinária no dia 30 de Dezembro de 2010, delibera manifestar o seu pesar pelo falecimento de tão ilustre personalidade, cuja partida representa uma grande perda para este concelho.

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010

Os Deputados Municipais

Nota – Se aprovado, publicar em todos os jornais locais e dar conhecimento à família.

Queda - 2-87  
Henrique U. M.





### VOTO DE PESAR

No passado dia 29 de Dezembro faleceu o Padre Adélio Loureiro, pároco da freguesia de Junqueira. Desde 1967 desenvolveu a actividade pastoral no concelho de Vila do Conde, onde conquistou o coração dos seus paroquianos e deixou uma marca importante na nossa terra. A par da obra pastoral não deixou de se ocupar dos problemas dos mais carenciados, complementando a sua actividade com a realização de uma obra social na qual envolveu as forças vivas da comunidade e que se tem vindo a afirmar no auxílio a crianças e idosos. Pela sua fé, pelo seu modo de estar, pela sua dedicação, pela constante entrega aos outros é um dos homens que o concelho de Vila do Conde teve o privilégio de contar.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida no dia trinta de Dezembro de 2010, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Padre Adélio Lopes e endereça aos seus familiares sinceras condolências



Doc 7  
→

**Partido Social Democrata**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**

## VOTO DE PESAR

Faleceu hoje o Comandante Eduardo Azevedo Soares.

Depois de uma brilhante carreira na Marinha Portuguesa, que serviu com empenho e elevado mérito, Azevedo Soares dedicou grande parte da sua vida à actividade política, tendo desempenhado elevados cargos públicos, com destaque para a sua passagem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, no X Governo Constitucional (nas funções de Secretário de Estado) e pelo Ministérios do Mar, no XII Governo Constitucional, no qual assumiu as funções de Ministro.

Filho de uma das mais tradicionais e conceituadas famílias vilacondenses, cidade na qual residiu alguns anos, Azevedo Soares nunca esqueceu a sua terra. A esse propósito é justo registar o seu decisivo contributo para a melhoria das condições do Porto de Vila do Conde, com partilar realce para a melhoria das condições de segurança na sua entrada, obra que os homens-do-mar vilacondenses há tanto tempo pediam, mas que só com o seu empenho e acção directa foi possível concretizar

No momento triste da sua despedida, a Assembleia Municipal de Vila do Conde delibera manifestar o seu pesar pelo falecimento de tão insigne personalidade, que honrou Portugal e foi exemplo na entrega à causa pública.

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010

Os Deputados Municipais

Nota – Se aprovado, publicar em todos os jornais locais e dar conhecimento à família.

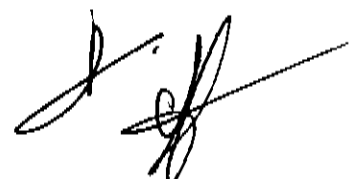


1  
Doc 10  
(1 = 2, 2 = 1)

**CDS – PP**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**

RECOMENDAÇÃO

**É Obrigatório travar o Desperdício Alimentar**



Fim: 9  
Contas: 2  
Até: 39

Os tempos que o País vive são de crise generalizada. O aumento das despesas e encargos financeiros, a diminuição dos salários e o aumento do custo de vida têm dificultado, cada vez mais, a vida dos Portugueses. Assiste-se hoje a um crescimento exponencial da pobreza, muita dela escondida, mostrando a realidade daqueles que são já denominados como os “novos pobres”.

Esta crise afecta as famílias portuguesas com menor poder de compra levando, conseqüentemente, a um acesso mais dificultado a bens de primeira necessidade. Infelizmente, esta realidade tende a agravar-se.

Segundo o promotor da Petição “Desperdício Alimentar”, António Costa Pereira, entre 35 a 50 mil refeições provenientes de serviços de catering são, diariamente, colocadas no lixo. Nos números citados não estão incluídos os desperdícios alimentares dos restaurantes e das refeições confeccionadas nos supermercados.

O promotor da petição quer reduzir o desperdício de alimentos da restauração e cantinas, através do aproveitamento das sobras, de modo a serem distribuídas pelos mais necessitados.

Esta iniciativa já conta com o apoio da ARESP, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da ASAE, na criação de programas de âmbito local que sejam executado pelas autarquias para encontrar soluções contra o “desperdício alimentar”.

Também na Assembleia da República, todas as forças políticas reconheceram o admirável e exemplar exercício de cidadania levado a cabo pelo promotor da Petição.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, atenta aos problemas do concelho, não pode ficar alheada da sua obrigação de propor ao Município medidas que ajudem as famílias a superar os actuais e futuros tempos difíceis.

Apelamos à Câmara Municipal que, enquanto órgão executivo, estabeleça as “pontes” necessárias para o alargamento desta iniciativa a várias instituições, sejam privadas ou públicas, de modo a que possamos chegar, efectivamente, a todas as famílias desprotegidas do concelho.

Estamos perante uma realidade e uma necessidade séria à qual não podemos ficar indiferentes. É necessário agir e agir rapidamente. O Município deve apresentar medidas concretas que facilitem iniciativas como esta, vindas da sociedade civil, que ajudam as famílias mais carenciadas do concelho. É obrigação de todos, principalmente daqueles que têm responsabilidades políticas, travar este “obsceno” desperdício alimentar.

Doc 10  
(2.ª de 2 fls.)  
S.

**CDS – PP**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**

As necessidades mais urgentes das populações não podem esperar.

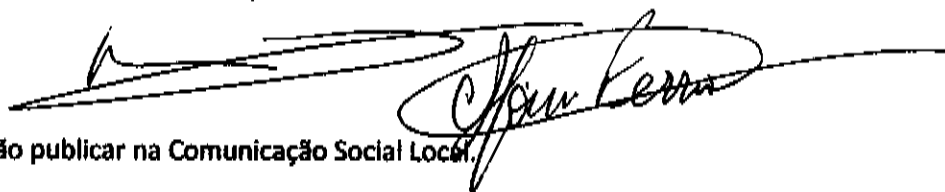
Estamos certos de que várias empresas, através do mecenato e da responsabilidade social, as IPSS, as escolas, o ESEIG, as Paróquias e o voluntariado vão ajudar ao desenvolvimento de programas contra o desperdício alimentar.

Assim, porque a Assembleia Municipal de Vila do Conde não pode ficar indiferente à defesa dos mais necessitados e ao eventual aumento exponencial da fome e pobreza no concelho, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal que seja parceiro activo neste combate ao desperdício alimentar:

- 1 - Promovendo o encontro urgente de Juntas de Freguesia, IPSS, Paróquias, Escolas, ESEIG, ARESP, Associações e Bancos de Voluntariado entre outros, não excluindo empresas privadas, no sentido da concertação de esforços no combate ao desperdício alimentar e à criação de sinergias destinadas à criação associativa ou empresarial de programas locais de combate ao desperdício alimentar;
- 2 - Disponibilizando o conhecimento das necessidades sociais e alimentares das famílias carenciadas do concelho de que dispõe, em articulação com as Juntas de Freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Paróquias, a todos os parceiros desses programas de combate ao desperdício alimentar;
- 3 - Auxiliando, quer nas condições estruturais quer na procura dos meios, locais e equipamentos, os parceiros desses programas, contribuindo para que estas refeições possam chegar perto de quem necessita, em estreita colaboração com as entidades competentes, em particular com a ASAE.

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010

O Grupo Municipal do CDS/PP de Vila do Conde,



Nota: Em caso de aprovação publicar na Comunicação Social Local.



## DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo dos eleitos PS na Assembleia Municipal abstém-se na “Recomendação” apresentada pelo CDS-PP, intitulada “obrigatório travar o Desperdício Alimentar”, apenas e só por respeito e considerações por todos aqueles que vivem momentos difíceis e de muitas privações.

Sendo certo que se deve eliminar, ou pelo menos atenuar significativamente, o desperdício alimentar, lamenta-se que o CDS-PP recorra a um assunto tão sério para fazer demagogia e evidenciar um reprovável oportunismo.

Efectivamente só por mero desconhecimento ou incrível má fé é que se podem “propor ao Município medidas que ajudem as famílias a superar os actuais e futuros tempos difíceis” e apelar à Câmara Municipal que “estabeleça pontes necessárias para o alargamento desta iniciativa a várias instituições, privadas ou públicas, de modo a que possamos chegar, efectivamente, a todas as famílias desprotegidas do concelho”, chegando ao limite ridículo de dizer que “o Município deve apresentar medidas concretas”. Será que isto só revela total ignorância do que é a actividade municipal ou também objectiva levar a “bandeira” da boa acção desenvolvida por outros?!

Com efeito, todos sabemos, ou deveríamos saber, que, entre outras medidas:

- a Câmara Municipal de Vila do Conde tem em curso uma série de medidas sociais de apoio a famílias em situação difícil, nomeadamente a “Loja Solidária” para recolha e distribuição de roupas e outros bens essenciais.

- o reforçado apoio financeiro municipal às IPSS’S/Instituições Particulares de Solidariedade Social e às Conferências Vicentinas tem o objectivo de contribuir para que melhor se possam corresponder às necessidades dessas famílias, seja no fornecimento de refeições ou no pagamento de medicamentos.

- a **redução e mesmo isenção do pagamento de refeições** aos alunos provenientes de famílias com carências económicas, a quem são também **atribuídos livros e material escolar**.

Destaque-se que o empenho camarário é tão grande e tão visível que, num ano tão complicado como será 2011 e em que o orçamento municipal será inferior ao de 2010, a **Câmara Municipal reforça os subsídios atribuídos às Instituições Sociais com 250 mil euros**, para que o seu contributo em prol da comunidade vilacondense se mantenha e melhore.

Por tudo isto, e por muito mais que se poderia acrescentar, dir-se-á que, se houvesse seriedade nos procedimentos e preocupação pelos mais desprotegidos, se deveria enaltecer o papel da Câmara Municipal e não dirigir-lhe recomendações para fazer aquilo que está há muito a fazer. Mas, infelizmente, há quem não saiba fazer política com elevação e verdade!...

*Carlos Lourenço*

## CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

A Maconde, nome maior, entre os maiores, do pronto-a-vestir, que Vila do Conde viu nascer sob tal designação em 1975 e que chegou na diversidade das suas unidades fabris a contar com mais de dois mil trabalhadores, morreu.

À boca cheia, dizem muitos dos que nela durante décadas labutaram que foi “assassinada”.

Sim, porque tal como os homens que as criam, também as empresas podem tombar, fruto de mesquinhez e de jogos de interesses pouco ou nada transparentes.

Entre 2002 e 2005 ter-se-ão dado alguns dos mais significativos passos conducentes ao trágico desfecho.

E, no entanto, em Janeiro de 2005, o então presidente do conselho de administração da Maconde (Aurélio Silva), no decorrer de uma visita à China do presidente da república (à altura, Jorge Sampaio), afastava a possibilidade da Maconde encerrar fábricas em Portugal. Admitindo, mesmo, vir a contratar mais serviços noutros países, a exemplo do verificado na Roménia e na Bulgária. Mais, “encarando a possibilidade de subcontratar uma parte da sua produção na China (DN, 18-01-2005).

Face a tais declarações, como compreender, dois anos após, a morte da Maconde, na sequência duma operação financeira, apadrinhada pelo famigerado ministro Manuel Pinho, com benção do município local, cujo conteúdo nunca foi cabalmente explicado, em que se entregou à Banca as instalações fabris, retirando-se aos trabalhadores a possibilidade de receberem as indemnizações que lhes caberiam em caso de despedimento?

De igual modo, como compreender o selar com champanhe do trágico fim da Maconde, a pretexto do aparecimento “providencial” duma criatura bicéfala, de características parasitárias, que a troco de um simbólico euro assume a apreciável “herança” de 6,6 milhões de euros, bastando-lhe para tanto a promessa de salvaguardar 500 postos de trabalho?!

De nada valerem dúvidas, pedidos de explicação ou protestos. Todos rejeitados como descabidos!

E, é assim que, dois anos e meio após e uma centena de trabalhadores a menos, na sequência de salários em atraso, cai a primeira das cabeças da criatura: a Macvila é declarada insolvente. Oito meses depois, já reduzida a menos de cem trabalhadores e pelas mesmas razões, tomba a segunda: é a vez da Mactrading.

Em três anos apenas, a “herança” de 6,6 milhões de euros resultante do obscuro negócio está completamente “torrada”!

Hoje, sem emprego, aos trabalhadores da Maconde, transformada em Macvila e Mactrading, resta apenas a possibilidade de virem a ser parcialmente indemnizados, através do Fundo de Garantia Salarial.

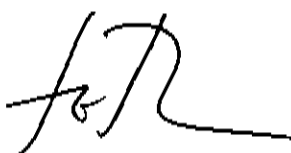
**É preciso que se diga:** Há responsáveis políticos pela “extraordinária” estratégia cujo balanço final resultou

- Na entrega à Banca do terreno fabril;
- No desemprego da totalidade dos trabalhadores;
- Na assunção dos encargos resultantes, de tão pesada factura, pela Segurança Social.

**Assim se depaupera o país e se defrauda quem trabalha!**

Aos trabalhadores da Maconde, gravemente lesados, em consequência da “trama” que constituiu o processo de viabilização, hoje, como ontem, a CDU exprime integral solidariedade.

28-12-2010



## VOTO DE PROTESTO

O Mosteiro de Santa Clara, cuja primeira pedra foi lançada em 29 de Junho de 1778, deve a sua construção à Abadessa Dona Luiza Gertrudes, da Casa de Azevedo, que com ele pretendeu substituir o velho Convento de Clarissas fundado no Século XIV por D. Afonso Sanches, filho de D. Diniz, o rei lavrador.

Extintas as Ordens Religiosas, e falecida a última freira em 1893, terminou a longa vida monástica do edifício. Em 1902 foi ali instalada uma Casa de Correção e Detenção de menores que, na década de 40, é transformada em Escola Profissional sob os auspícios dos Padres Salesianos.

Posteriormente, o próprio Ministério da Justiça, que tutela o edifício, assumiu a gestão dos jovens ali internados e, em 24 de Julho de 2000, os Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, do Turismo e Adjunto do Ministro do Planeamento, bem como o Presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, na presença do Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, lavraram um Protocolo para transformação do edifício em Pousada da Enatur.

Mais tarde, o Ministério da Justiça desactivou a Escola Profissional de Santa Clara, entregando a gestão ao Instituto de Reinserção Social e, posteriormente, desocupou o edifício (levou os jovens delinquentes para o Porto) para, aquando das obras de modernização do Palácio da Justiça, ali instalar provisoriamente os serviços do Tribunal.

Findos estes trabalhos, e com os serviços a regressarem ao Palácio da Justiça, o edifício ficou desocupado e sem serventia.


Agora não passa de um casarão abandonado, a degradar-se de dia para dia, com vidros partidos e ao sabor das intempéries.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 30 de Dezembro de 2004, não pactua com o abandono e degradação do ex-libris da cidade e lavra veemente protesto pelo desinteresse dos Ministérios da Justiça e da Economia que, fatalmente, levará à transformação do Mosteiro de Santa Clara num conjunto de ruínas que afectará a imagem da cidade e envergonhará quem respeita e admira o nosso património.

PELO GRUPO DO PS  
3/5

Nota: Se aprovado enviar aos Senhores Ministros da Justiça e da Economia e publicar na Comunicação Social

2 Doc 14  
(1: de 2 fls)  
93



## VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

Considerando que:

1. O dia 25 de Novembro de 1975 é um marco decisivo para o triunfo da liberdade e para a consolidação do regime democrático português, cuja relevância histórica importa preservar e transmitir às gerações mais jovens;
2. A 25 de Novembro de 1975 foram definitivamente travadas as forças totalitárias que procuravam desvirtuar o espírito libertador do 25 de Abril, tentando instaurar em Portugal uma ditadura de inspiração soviética;
3. Embora o regime autoritário que vigorava em Portugal tenha caído a 25 de Abril de 1974, a efectiva conquista da liberdade e do pluralismo democrático resultou de um caminho longo e difícil, que teve o seu corolário a 25 de Novembro de 1975;
4. A acção determinada e corajosa dos militares que fizeram o 25 de Novembro – entre os quais se destaca o papel desempenhado pelo Regimento de Comandos – pôs fim à deriva extremista que ameaçava mergulhar Portugal num conflito interno de consequências imprevisíveis;
5. O PREC, o Verão Quente, as ocupações selvagens, as nacionalizações, o cerco à Assembleia Constituinte, o assalto à Embaixada de Espanha ou a entrada em greve do Governo são hoje memórias longínquas, mas não podem deixar de nos lembrar o quão perto Portugal esteve do abismo;

**CDS – PP**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**

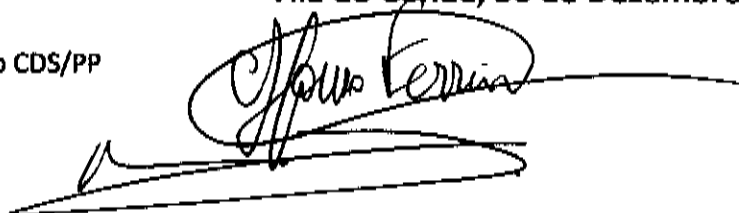
Doc. 14  
(23 de 2 fls.)  
S.

6. O dia 25 de Novembro de 1975 reveste-se de particular simbolismo este ano atendendo aos momentos de difíceis que o País está a atravessar e com isso serem fomentadas opiniões e avaliações críticas em absoluto sobre o sistema político e as opções económicas e sócias que estão em vigor. Nos momentos de crise profunda importa proteger bens essenciais como a liberdade, o pluralismo de opinião e a protecção do Estado de Direito.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida no dia 30 de Dezembro de 2010, celebra o 35º aniversário do 25 de Novembro de 1975, prestando homenagem aos seus autores e manifestando a sua congratulação pelo triunfo dos valores da democracia e da liberdade.

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010

O Grupo Municipal do CDS/PP



NOTA: Se aprovado publicar na Comunicação social local.

~~MOCAB~~  
VOTO DE PROTESTO

As Estradas de Portugal são uma empresa pública que deve primar por servir bem os cidadãos nos espaços que lhe estão entregues: as estradas nacionais.

O concelho de Vila do Conde é servido por diversas estradas nacionais que apresentam sistematicamente disfuncionalidades com as quais não se pode pactuar.

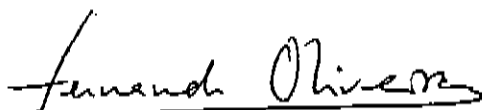
Desde problemas do piso, até avarias constantes nos sistemas de regulação do tráfego, passando por obras de manutenção que se arrastam no tempo e obras de beneficiação que são sistematicamente adiadas, comprovam qual o serviço que é prestado pela EP.

Acresce a esta realidade o aumento do volume de tráfego na EN 13 e na EN 104 fruto das políticas rodoviárias nacionais, o que veio provocar mais danos e estrangulamentos nas referidas vias.

A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida no dia trinta de Dezembro de 2010, manifesta o seu desagrado pelo estado de conservação e manutenção que a EP faz nas estradas nacionais que atravessam o nosso concelho, solicitando a sua imediata reparação e beneficiação.

Se aprovado, enviar à EP e publicar nos órgãos de comunicação social local.

O Grupo Municipal do PS







**Bloco de Esquerda**

Vila do Conde e Póvoa da Varzim

Doc 16  
A.

## **Acta da Assembleia Municipal de 28 de Setembro de 2010**

[acta da sessão ordinária de 30 de junho]

a páginas 13:

A acta juntou duas intervenções consecutivas minhas numa única intervenção. Não o fez inocentemente, fê-lo para omitir a resposta do Sr. Presidente da Câmara à minha primeira intervenção.

Com efeito, após a pergunta que dirigi ao Sr. Presidente da Câmara e que está retratada no primeiro parágrafo do texto que a mesa nos propõe, e tendo o sr. Presidente respondido negativamente, no sentido de que o município não pertencia a nenhuma agência de energia, solicitei nova intervenção. Essa segunda intervenção está transcrita no segundo parágrafo e seguintes.

Uma vez mais, os guardiões das actas, não se coíbem de alterar os factos que ocorrem nesta assembleia, mentindo descaradamente e assim protegendo a imagem do presidente do executivo e da sua bancada.

Essas manobras estão votadas ao fracasso, porque esta assembleia não pode permitir que a mentira prevaleça.

Assim, proponho que seja incluída a intervenção do sr. presidente da Câmara com a sua resposta: não, entre as minhas duas intervenções, tal como aconteceu e os presentes são testemunhas.

Vila do Conde, 30 de dezembro de 2010



# CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Doc. 11  
(12 de 2/10)  
F.

## (Plano de Actividades e Investimento – Orçamento 2011)

A “Nota Introdutória”, uma vez mais, a exemplo de anos anteriores, refere a situação económica difícil, desta vez utilizando a expressão “Um cenário de crise-económico-financeira”;

No documento respeitante a 2009, a expressão utilizada foi “panorama económico difícil”;

Relativamente ao Plano para 2010, a frase foi “tremendas consequências da crise económico-financeira”.

Nada, no entanto – espantemo-nos! - que obste a que o executivo continue a empolar as receitas, elaborando orçamentos sobredimensionados, em cerca do 30% relativamente aos montantes que, de facto, é previsível arrecadar, como os relatórios de gestão e contas, ano após ano, inflexivelmente se encarregam de demonstrar...

E, conseqüentemente, os planos de actividade e investimento, assentes em irrealismo, acabam no irremediável gorar das expectativas que dos mesmos resultam.

Adiante, no entanto...

Refere a “Nota introdutória” o investimento nas obras comparticipadas pelo QREN (pag. 4), sem que até hoje, segundo penso, a Assembleia saiba quais as que foram apresentadas a candidatura. E, sendo conhecida a baixa taxa de execução do QREN, não obstante terminar em 2013, seria importante que alguma informação fosse dada ao referir-se a este aspecto, mas nada se diz!

No que respeita à referência à ETAR e às redes de abastecimento de água e drenagem, decorridos que são 36 anos de poder PS, não pode deixar de ser considerada uma autocritica por tanto tempo ter passado e nada, ou pouco, ter sido feito;

Por seu turno, falar-se em mobilidade e esquecer-se as dificuldades de ligação entre as freguesias do Concelho e entre estas e a Sede é continuar a ter uma visão centralizada da gestão. Não existe qualquer Plano de Mobilidade como deveria existir enquadrado num Plano mais amplo que envolvesse tudo o que se relaciona com o Desenvolvimento do Concelho.

Relativamente à referência às Piscinas de Macieira e Junqueira e ao Complexo Desportivo das Caxinas, entre outras obras, há que dizer que são já tantos os anos em que estão prometidas que, os projectos, se existem, devem ter já as folhas amarelecidas...

De forma idêntica, aludir-se ao que se tem feito em prol da criação de emprego (pag. 5), é minorizar a alta taxa de desemprego existente no Concelho, de longe maior do que as médias do País e do Distrito, e as sucessivas promessas de investidores estrangeiros que nunca mais chegam...

Mais,

é esquecer-se o encerramento de grandes empresas, em alguns casos por processos e cumplicidades que deixam fortes dúvidas!

### **Debrucemo-nos sobre o Plano e o Orçamento:**

As Despesas correntes continuam a ter um peso maioritário já que representam 54,5% do total do Orçamento (pag. 35), sendo que “as despesas com a Aquisição de Bens de Capital” representam apenas 32,1%.

Continuamos a ter um Orçamento, e conseqüentemente um Plano, de ficção, ao prever-se a receita de 13.102.120 euros em “Vendas de Bens de Investimento” (págs. 26 e 34), o que representa 17,1% do seu total.

Daqui resulta que, uma vez mais, o que se diz no Plano que se vai fazer é mera propaganda, porque se sabe à partida que será impossível por falta de receitas efectivas. Aliás, sendo o empolamento uma prática corrente, se todos os Planos concretizassem a venda de bens de investimento que a Câmara diz que vai fazer, não sei se ainda existiria algum património municipal!

Esmiuçando, no que é possível, não pode deixar-se de salientar a verba prevista em “Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria” no montante global de 259.000 euros (105.000 na pag. 29 e 154.000 na pag. 31).

### **E, fica-nos a reflexão:**

Será que a Câmara não tem nos seus efectivos quantidade e qualidade que bastem para desenvolver esses trabalhos? E que transparência e isenção vão ser empregues na atribuição, sendo que vai ser tudo por ajuste directo?

### **Uma outra consideração,**

atentou o executivo que o montante em causa excede o que está previsto como “reforço” destinado às Instituições Sociais para que, como refere o Sr. Presidente de Câmara (*In Jornal de Vila do Conde, de 23 de Dezembro*), preocupado com as famílias em situação difícil, “... melhor possam corresponder às necessidades dessas famílias, seja no fornecimento de refeições e no pagamento de medicamentos”.?!

Analisando sectorialmente, vemos que, com verbas definidas, “Habitação” está contemplada com 891.000 euros, cerca de 1,2% do total do Orçamento, e “Rede Viária e Sinalização” com 3.003.500 euros, (3,9% (pag. 39).

### **Como diz o Povo, a cara não diz com a careta!**

### **Prioridades no Texto, restos na definição das verbas a aplicarem...**

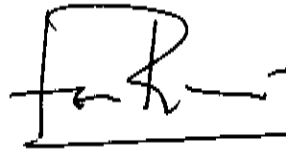
Da análise ao mapa de encargos com os empréstimos contraídos, ressaltam as dificuldades de tesouraria, conforme o comprovam os empréstimos para “Saneamento financeiro” e “Regulação extraordinária de dívidas a terceiros” (Pag.40).

Ao ler-se as Grandes Opções do Plano (Pags 12 e segs.), parece estarmos a visitar os Planos anteriores, de há alguns anos esta parte, tantas são as repetições.

No mínimo, isto significa ausência de rigor no planeamento, semear ilusões, privilegiar a propaganda.

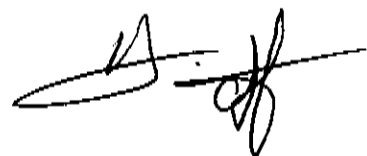
Doc 17  
(4<sup>a</sup> de 4 fls.)  
27.

Esta, aliás, parece constituir a forma de estar da maioria PS que tem governado a Câmara e que durante mais de trinta anos prometeu água e saneamento, o que só agora começa a concretizar, ainda assim, socorrendo-se da privatização como muleta. No que constitui um acto de reconhecimento da sua incompetência. Mais ainda, sabendo-se que, com tal processo, se houve beneficiados, e certamente houve, não foram os Vila-condenses, sobre os quais pesam já as duríssimas consequências decorrentes.

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'F' followed by a 'R' and a horizontal line extending to the right.

28/Dez/2010

**CDS – PP**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**



**Orçamento 2011**

Doc 18  
(1ª de 2 fls.)  
D.

Exmos. Srs.

O CDS de Vila do Conde através do seu grupo municipal presente nesta assembleia decidiram votar contra o documento apresentado pela Câmara Municipal pelas razões que passaremos a invocar:


1 - O documento apresentado ao contrário do afirmado no texto introdutório tem em muito pouco em linha de conta a actual conjuntura económica, só assim se explicando que a CMVC se proponha executar apenas menos 250.000 euros do que o que prometeu no Orçamento para 2010, do qual diga-se também que não conhecemos qualquer dado sobre a sua execução até ao momento.

2 - Enquanto o PS através do seu secretário-geral e para nossa desgraça, Primeiro - Ministro deste país - José Sócrates afirmam que - "o mundo mudou em 15 dias", em Vila do Conde o mesmo PS volta ao velhos truques do costume de empolamento de receitas que à partida poucos acreditam e que historicamente até à execução de 2009 (última conhecida), provaram ser de duvidosa execução. Referimo-nos ao aumento previsto nas transferências da Administração Central (~~Capital~~ Capital) com previsões de aumento face ao orçamento de 2010?; referimo-nos às comparticipações em projectos apoiados com fundos comunitários; referimo-nos à previsão para vendas de imóveis ou ainda a existência de valores expressivos em rubricas "outros".

3 - Vivemos efectivamente tempos novos muito desafiantes e exigentes que obrigam a novas respostas e novas metodologias, por isso tal como vimos sistematicamente aqui dizendo e agora já a própria Assembleia da República assim o entende, imponha-se a Câmara efectuar um levantamento exaustivo de todas as suas reais necessidades, atribuições e competências e efectuar um Orçamento de Base Zero, parece difícil para alguns mas foi possível no Porto desde 2003 e vai ser o método do Orçamento de Estado para 2012 e seguintes.

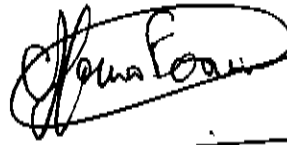
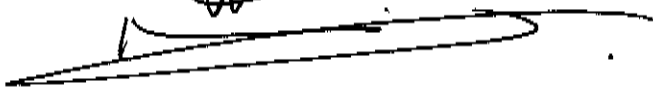
4 - Assim, porque consideramos o documento apresentado um documento mais político do que técnico em que existiu uma vontade clara de passar uma mensagem política e não técnica, baixando ligeiramente o valor da promessa, mas mantendo a ilusão às pessoas de grandes e avultados investimentos em completo contra ciclo com o país e até o mundo. Mais,

**CDS – PP**  
**Grupo Municipal de Vila do Conde**  
**Assembleia Municipal de Vila do Conde**

Duc 18  
(2ª de 2 fls.)  


recordamos aqui que o mesmo PS que aqui apresenta este orçamento é aquele que pasme-se, invocou a falta de dinheiro para não realizar a tradicional festa de Natal para os filhos dos funcionários da autarquia! Assim, somos de opinião desfavorável ao documento apresentado e nem sequer o comentamos mais porque consideramos que o mesmo começa a raiar o reino da fantasia e nós sobre esse tema não nos consideramos habilitados a falar.

O grupo municipal do CDS/PP

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010

Doc. 19  
(1.ª de 2.ª fls.)  
3

Grupo Municipal PSD – Partido Social Democrata

Vila do Conde

### **Grandes Opções do Plano e Orçamento**

(documento suporte à intervenção)

A conjuntura económico-social é extremamente grave.

A Taxa de Desemprego Nacional já ultrapassou a fasquia dos 10%. No caso de Vila do Conde, essa é aproximadamente 14,3%.

As famílias e as empresas esperam das instituições públicas uma resposta a este problema.

Temos de agir.

Temos de criar oportunidade para que novas empresas se localizem no nosso concelho. Temos de lhes oferecer vantagens comparativas face aos outros concelhos.

Vejo, com alguma mágoa, as últimas notícias que surgem na imprensa, destacando Vila do Conde com notícias relativamente à ex-Qimonda, ex-Maconde, entre outras. Todas, infelizmente, com o mesmo desfecho.

Vejo, com pena, casos, como o do “Mindelo Park”, estarem constantemente no papel, mas não passarem disso mesmo.

Temos de saber agir.

Quem governa Vila do Conde é o Partido Socialista. E é o Partido Socialista que tem de responder às questões dos vilacondenses.

Nas grandes opções do plano de 2010 vimos um sem fim de medidas. Mas os resultados práticos são muito poucos.

Onde estão as piscinas de Macieira e da Junqueira? Onde está o novo Hospital Vila do Conde/Póvoa de Varzim?



Onde está o parque Empresarial "Mindelo Park"?

Tudo promessas que ficaram e ficam à espera.

Mas o Futuro é esperança!

Quanto ao novo dossier das Grande Opções para 2011, vemos mais do mesmo. Uma cópia quase integral do dossier 2009 e 2010, enfim. Mas como referi, o orçamento é da responsabilidade da Câmara Municipal.

Como poderemos explicar que, num ano em que todos os analistas perspectivam piores resultados, o Município apresente o seu 2º maior orçamento de todos os tempos? Ouviram bem, segundo maior de todos os tempos!

Existe uma imensidão de valores que poderíamos querer apresentar para que nos fossem explicados, mas no fim seria mais do mesmo, iríamos a votação e a maioria desta Câmara iria cegamente aprovar este dossier.

Mas, no entanto, gostaríamos de deixar algumas alertas.

Cuidado com os elevados Custos com o Pessoal.

Atenção ao exagero da existência de rubricas onde essas tem a designação "Outras Despesas", "Outros". Essas rubricas representam milhões neste nosso Orçamento.

Atenção ao valor do Passivo da Câmara Municipal.

Em suma, gostaria de transmitir a minha preocupação com este dossier e o que ele trará para as gerações vindouras.

Preocupo-me com a factura que a minha geração terá de pagar. Preocupo-me com os Jovens. Com todos aqueles que, hoje em dia, esperam por uma atitude desta Câmara Municipal.

Uma atitude no intuito de resolver os problemas do Emprego (fomentando medidas para criação e implementação de novas empresas), uma atitude na criação de vias comunicação (como, por exemplo, a criação de uma circular no concelho), uma atitude no respeito pela segurança, resolvendo casos como a Ponte de Arcos e de Touguinhó.

## Orçamento para 2011

Não há muito a dizer a este orçamento, vem na continuidade dos anteriores, na inversão de prioridades, e promoção da assimetria do concelho.

Para ilustrar uma vez mais o que afirmo recorro ao Plano de Investimentos:

código/ano:

09407/2011 - Valorização da frente de mar em Árvore: 321.000 de 482.000 previsto;

09408/2011 - Valorização da frente de mar em : 480.000 de 1.200.000 previsto;

09409/2011 - Rede de passadiços e percursos pedonais cicláveis no litoral Sul: 200.000 de 400.000 previsto;

ou seja, só este ano, são acrescentadas ao Plano, três obras de valorização de frentes de mar, obras todas com valor definido para este ano, no montante de 1 milhão de euros.

Ora a questão que se levanta é a seguinte:

Uma governação que seja norteadada pela justiça, que zele pelos interesses das populações e das suas necessidades, que pretenda promover um desenvolvimento harmonioso do seu concelho, que governe para minorar as dificuldades dos munícipes, deve colocar em primeiro lugar a construção de uma ponte cuja falta põe em perigo as populações, que dificulta as actividades agrícolas da população, a maior actividade da freguesia de Arcos, ou deve fazer alindamentos de frente de mar?

Deve realizar uma obra que já estava identificada em 2003 como uma necessidade da freguesia, ou deve fazer três novas obras, que no seu conjunto e só no que está previsto para este ano, dá para fazer três pontes?

Querem saber o que nos separa da governação socialista? É exactamente isto. O partido Socialista que se diz preocupado com as pessoas, fá-las passar trabalhos e perigos, nega-lhes 350.000 euros para realizar uma obra prioritária e essencial, mas para os alindamentos de praias de utilidade duvidosa, como se viu em Mindelo, é um mãos largas, não falta dinheiro.

Não é possível adiar um ano alguma dessas obras, ou realizá-las de forma faseada para permitir a construção da ponte? É, mas o partido socialista está mais preocupado em ganhar eleições e realizar as obras nas freguesias mais populosas; os arcoenses que esperem e desesperem e esperemos que daí não resulte algum acidente de difícil desculpabilização.

Só uma curiosidade: ao contrário do que acontece em todos os orçamentos desde 2003, onde a ponte dos arcos está orçamentada com os valores previstos, em todos os relatórios de contas do município desde 2003, a ponte dos arcos tem todas as colunas a branco; é a única rubrica em que isso acontece. Gralha? Coincidência? Mas em todos os relatórios? E porquê a única? Responda quem souber.

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010

## **Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2011**

*(documento suporte à intervenção)*

Apesar de na oposição haver, legitimamente, novos intérpretes, a verdade é que ano após ano o guião é sempre o mesmo. O conceito é o mesmo, repetido até á exaustão: tudo está errado, tudo está mal.

Numa altura de crise económica por todos sentida, governo, municípios, organismos públicos, empresas e particulares, todos têm custos acrescidos e recursos cada vez mais escassos. Por isso, exige-se dos políticos uma atitude construtiva, aderente à realidade, mas se esperança num futuro melhor.

Temos sabido responder aos anseios dos vilacondenses e a resposta que deles temos tido tem sido positiva. Responderam em 2009, em 2005, em 2001, em 1997, em 1993, em 1989 e por aí fora. A resposta foi que acreditavam nos projectos que lhes apresentamos e que os não defraudamos. Por isso, eleição após eleição votaram maioritariamente nos candidatos e nos projectos do Partido Socialista de e para Vila do Conde.

Os vilacondenses foram-se pronunciando nesses momentos quanto aos “alegados empolamentos” dos orçamentos, aos “orçamentos de ficção”, do “reino da fantasia”, como são descritos pela oposição desta Assembleia. Mas os vilacondenses continuam a viver da realidade e têm votado nas propostas apresentadas pelo partido socialista.

Admiro a coragem dos membros da oposição, é a mesma coragem de uma criança: a coragem de quem, infelizmente, não tem a noção; falta-lhes a noção da responsabilidade.

Este ano, o executivo municipal apresenta-nos um orçamento de setenta e seis milhões e setecentos e cinquenta mil euros, que é inferior ao do ano passado. Nestes valores reflectem-se as novas competências que têm vindo a ser atribuídas às Câmaras Municipais, bem como a actividade desenvolvida ao longo do ano e adequa-se à conjuntura económica.

A cada ano que passa as receitas correntes do município têm vindo a diminuir. O mesmo acontece com os impostos directos e com os indirectos.

Não obstante a redução das receitas do município, tem-se vindo a diminuir o passivo não bancário, nomeadamente as dívidas aos fornecedores correntes, que são actividades desenvolvidas por empresas de dimensão média e que mais necessitam dos pagamentos para fazerem face à situação económica que se vive.

Como é possível reduzir-se o passivo, tendo-se menos receitas e continuando a desenvolver o concelho? A resposta está na gestão rigorosa, de um rigoroso controlo na afectação dos recursos existentes às despesas.

Quanto ao orçamento irei referir três rubricas que, do meu ponto de vista, são essenciais numa lógica de presente e de futuro da justiça social.

À Educação são disponibilizados dezassete milhões de euros para fazer face às construções dos Centros Escolares no concelho, ao pagamento das refeições e dos transportes dos alunos. Quer-se uma escola com qualidade para todos. Quer-se que todos tenham as mesmas oportunidades, que nenhum vilacondense se sinta

marginalizado no ensino em Vila do Conde. Por isso, é importante saber-se aproveitar bem os fundos comunitários que estão disponíveis para este sector.

A Transferência de Verbas para as Juntas de Freguesia é uma demonstração cabal de que se acredita na competência dos eleitos locais mais próximos das populações e o reconhecimento pleno do importante papel desenvolvido pelos autarcas de freguesia. Nesse sentido a Câmara Municipal de Vila do Conde mantém o esforço dos últimos anos e vai transferir dois milhões e trezentos mil euros. Montante este bem mais superior do que as transferências que serão feitas pelo poder central e consignadas por lei.

Na Habitação vai-se continuar o esforço para manter o parque habitacional e levá-lo a freguesias onde se revele necessário. Pretende-se criar melhores condições de vida aos mais desfavorecidos, criar condições para que todos possam vir a ter uma vida com dignidade, mais humana. Assim ter-se-á uma sociedade socialmente mais justa.

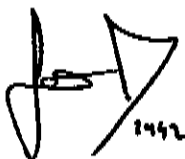
De facto em momentos de crise económica é preciso olhar para o futuro. O país, o concelho não podem parar. Temos de ter uma visão de futuro.

Relativamente ao documento em discussão mais do que palavras, importa é a realidade. E esta fala por si só.

Estamos certos que o executivo municipal, tal como fez no passado, também no presente e no futuro saberá utilizar bem todos os instrumentos que tem ao seu alcance para desenvolver o concelho de Vila do Conde harmoniosamente e ajudar as famílias e as empresas vilacondenses

O nosso voto, tem em atenção o bem-estar dos vilacondenses, o desenvolvimento sustentado e harmonioso de Vila do Conde. Estes são alguns dos justificativos que temos para aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentadas pelo Executivo Municipal

Pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila do Conde em 30/12/2010



## PERGUNTAS:

- **Carta de ruído**

de acordo com o n.º1 do artigo 7º do Regulamento Geral de Ruído (Dec,-Lei n.º9/2007)

*"As câmaras municipais elaboram mapas de ruído para apoiar a elaboração e revisão dos planos directores municipais e dos planos de urbanização."*

pergunta se o município de Vila do Conde tem carta de ruído e no caso de não o ter, se está a fazê-la ou no caso negativo, quando está previsto a sua realização.

- **Bairro Camarário**

O bairro construído há vários anos continua sem utilização, primeiro foi um conflito com o empreiteiro que impossibilitou o seu uso, agora que o conflito -ao que parece terminou, é maior a indignação daqueles que vêem o bairro degradar-se sem uma utilidade, agora mais injustificado quanto são várias as famílias dele tão necessitado, e quando o município promove a construção de novas casas.

Acresce que o orçamento para 2011 atribuí 130.000€ para este bairro, o que torna ainda mais enigmático o que se passa com aquele bairro.

Solicita-se ao Sr. Presidente que esclareça o que se passa e que indique a esta assembleia uma data para a ocupação das casas.

Vila do Conde, 30 de Dezembro de 2010